

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 02 - Nº 18 - SETEMBRO 2017



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

ESPECIAL CARAVANA LULA PELO BRASIL

APRESENTAÇÃO

O boletim de **Análise da Conjuntura** da Fundação Perseu Abramo, edição de setembro, circula em um momento marcado pela passagem recente da Caravana Lula pelo Brasil na região Nordeste. A exitosa iniciativa da esquerda teve como resposta o recrudescimento da direita nas ações para condenar judicialmente o ex-presidente e impedi-lo de participar da disputa eleitoral em 2018. São elementos que apontam para um acirramento da disputa política na sociedade.

A seção **Golpe contra o Estado** detalha o novo pacote de privatizações, parcerias e concessões. Em sua fúria privatista guiada pela necessidade de fazer caixa, o desmonte do patrimônio público atinge níveis dramáticos e compromete a capacidade futura de atuação do Estado para reativar o ciclo econômico.

Na parte **Internacional**, analisa-se o desempenho do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, os problemas internos que enfrenta e sua retórica agressiva contra a Venezuela e a Coreia do Norte.

No tema de **Política e Opinião Pública**, o texto mostra que o mês de setembro trouxe mais uma série de denúncias contra Michel Temer e outros membros do governo golpista. A prisão do ex-ministro Geddel Vieira Lima, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, a delação do doleiro Funaro, além da nova denúncia de Janot, acendem o sinal amarelo no Planalto. Temer deve conversar com a base aliada sobre estratégias para escapar. Em Curitiba, Lula depôs novamente e mais uma vez não foram apresentadas provas.

A seção **Social** traz dados que mostram a necessidade de questionar o otimismo do governo golpista com a recuperação, pois os níveis de desemprego permanecem muito altos. A pequena recuperação do emprego tem ocorrido em ocupações mais precárias e não há sinais consistentes ainda de que essa melhora seja duradoura. Passa em seguida a uma análise sobre os efeitos da crise e da austeridade fiscal na saúde dos brasileiros e também para a educação.

Em **Economia**, os últimos dados relativos ao nível de atividade revelam ainda um quadro de estagnação, com os indicadores setoriais oscilando entre si sem que se possa enxergar uma trajetória definida. Enquanto a indústria deu mostras de leve aquecimento, o comércio ficou estável e os serviços voltaram a cair, após algumas variações positivas nos meses anteriores. Apesar da gravidade da situação, contudo, o governo golpista age no sentido contrário, executa uma política monetária excessivamente cautelosa, insiste com a contraproducente austeridade fiscal e, para apagar o incêndio, anuncia a intenção de uma gigantesca pedalada fiscal por meio de um resgate de 180 bilhões de reais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na seção **Territorial** apresenta-se um amplo panorama sobre a situação atual das terras indígenas no país e os perigos que enfrentam pela ação predatória de interesses empresariais privados nacionais e internacionais e a ação ou omissão do governo federal.

Em **Comunicação**, mostra-se o impacto da Caravana Lula pelo Brasil nas redes sociais durante o período em que percorreu o Nordeste brasileiro, passando por 25 cidades, e também faz uma análise da cobertura da mídia internacional sobre o tema. Por último, traz o olhar dos grandes grupos de comunicação sobre o segundo depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sergio Moro no dia 13 de setembro.

Na parte de **Movimento Sociais**, o boletim discute a perspectiva da luta social e da organização popular a partir das lições que deixou a Caravana.

Finalmente, o boletim deste mês traz uma seção especial sobre a **Caravana Lula Pelo Brasil**, uma jornada que movimentou a vida de milhares de pessoas de mais de sessenta municípios do Nordeste e mostrou a impressionante expectativa do o povo com a figura do ex-presidente Lula.



GOLPE CONTRA O ESTADO



O governo Temer apresentou no mês de setembro um novo pacote de privatizações, parcerias e concessões. O calendário diz respeito ao biênio 2017 e 2018, e os ativos que despertam o maior interesse do capital internacional são aqueles relacionados ao setor de energia e petróleo. Segundo o governo, o novo saldão tem como objetivo tornar o Estado mais ágil e melhorar o desempenho fiscal da atual gestão. Entretanto, o desmonte do patrimônio público atinge níveis dramáticos e compromete a capacidade futura de atuação do Estado na reativação do ciclo econômico.

O NOVO SALDÃO DE ATIVOS PÚBLICOS DO GOVERNO TEMER

O novo pacote de desestatizações 2017-2018

Em uma tentativa de obter recursos adicionais e conter o rombo fiscal, que mais uma vez foi reajustado para comportar um déficit de 159 bilhões de reais, o governo apresentou, no final de agosto, um plano intenso e acelerado de desinvestimentos com o objetivo de captar cerca de 20 bilhões de reais em 2018. O pacote de vendas e concessões aprovado pelo Conselho de Ministros do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) inclui:

No setor aéreo, a privatização de dezoito unidades, ainda neste ano, dos aeroportos de Congonhas (SP), Vitória (ES), Macaé (RJ), Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), Cuiabá (MT), Sinop (MT), Alta Floresta, Rondonópolis (MT) e Barra das

Garças (MT). Além disso, haverá a venda da participação acionária de 49% da operação da Infraero em quatro aeroportos: Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Brasília (DF) e Confins (MG).

No setor logístico e de terminais, há um calendário de leilões previsto para o ano de 2018, com a venda de catorze terminais: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), três terminais de gás liquefeito de petróleo (GLP), cinco terminais de granéis líquidos em Belém (PA), três terminais de grãos em Paranaguá (PR), um terminal de granéis líquidos em Vila do Conde (PA), um terminal de granel líquido em Vitória (ES), além da antecipação de leilões para o terminal de fertilizantes de Itaqui (MA) e da autorização de estudos para a venda do terminal Agrovia do Nordeste em Suape (PE).

No setor rodoviário deve haver, no quarto trimestre de 2018, o leilão da BR-153 entre Anápolis (GO) e Palmas (TO); e o da BR-364 entre Comodoro (MT) e Vilhena (RO).

No setor de energia e petróleo a redução do nível de investimento já se inicia em ritmo acelerado em 2017. A sinalização para o desmonte do Sistema Eletrobrás deve começar com a venda da usina hidrelétrica de Jaguará e o leilão de onze lotes de linhas de transmissão. Há ainda para os próximos meses a realização da terceira e da quarta rodadas de venda de campos do pré-sal pelo regime de partilha, além do indicativo para a realização da quinta rodada de licitações para os campos maduros e da décima quinta rodada de vendas de blocos de exploração e produção de petróleo e gás.

Por fim, há na lista ainda a indicação de uma parceria público-privada (PPP) para a Rede de Comunicações Integradas do Comando da Aeronáutica (Comaer) e a desestatização da Lotex, da Casa da Moeda, da Companhia Silos e Armazéns e do Ceasa, ambos de Minas Gerais. É importante destacar o fato de que as privatizações têm incidido com mais força nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do que em outras regiões do país. Em certa medida, o desmonte do parque de empresas estatais no Nordeste é também uma forma de dificultar ainda mais a retomada do projeto clássico do chamado lulismo para aquela região num eventual retorno das forças democráticas e populares ao governo central.

Privatização: energia e combustível mais caros

De todos os ativos privatizáveis chama a atenção o papel do setor de energia e petróleo, pois, atualmente cerca de 70% das holdings e subsidiárias de empresas públicas no país estão vinculados ao setor de energia e petróleo.

Os defensores da privatização da Eletrobras têm retomado o argumento de que, no governo Dilma, a Medida Provisória 579/2012, que pretendia reduzir em 20% as tarifas de energia paga pelos consumidores, foi a grande responsável pelo problema financeiro das empresas do grupo Eletrobras. O próprio ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, ao partir desse diagnóstico, sugeriu

que a desestatização deve significar redução de custos, ganhos de eficiência e, em consequência, redução das tarifas. A mesma opinião tem sido adotada pela patronal Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Tal afirmação, entretanto, tem sido ponderada pelos analistas e especialistas no setor, pois parte das privatizações do Sistema Eletrobras tem como objetivo fazer com que a estatal deixe de vender a energia gerada por 35 reais o mega-watt (MWh), valor aquém dos custos. Se o objetivo é aumentar o preço de venda da energia não é razoável imaginar que o preço da tarifa será reduzido, ao contrário, ele deve ser aumentado. Além disso, o governo espera a injeção de cerca de 20 bilhões de reais ou até 30 bilhões de reais de capitais privados, mas os investidores muito provavelmente só colocarão seus recursos nesse negócio se for possível ter retorno total acrescido da remuneração do capital. Lucro este que também só pode ocorrer considerando a elevação da tarifa, segundo a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), portanto deve haver uma alta de 16,7% nas tarifas de energia elétrica.

No que se refere à Petrobras, o novo leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) deve atrair para o mercado doméstico grandes petroleiras internacionais. A oferta de 287 blocos divide-se em bacias marítimas (Campos, Espírito Santo, Pelotas, Santos e Sergipe-Alagoas) e bacias terrestres (Espírito Santo, Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas). Espera-se, com isso, a chegada de mais de vinte petrolíferas de quinze países.

Tal movimento deve ser lido em conjunto com a recente política de atração de importadoras na área de refino e derivados. Em outras palavras, no momento em que o Brasil descobre o pré-sal e poderia transformar-se num player internacional na geopolítica e na geoeconomia do petróleo, inclusive com a possibilidade de influenciar os preços do barril no médio-prazo, a política energética do país abre o mercado e nos torna reféns da ameaça de sermos exportadores de petróleo bruto e importadores de derivados. Tudo isso vinculado a uma política de preços que ligou a bomba do posto de gasolina às flutuações internacionais do mercado

de commodities, gerando um viés de alta nos preços dos combustíveis, notadamente da gasolina e do diesel.

A empresa consolida sua diretriz de atração de capitais externos no lugar de priorizar a soberania e autossuficiência energética nacional com a venda das ações da Braskem, que inicia nos próximos meses, e a abertura de capitais da BR Distribuidora.

O neoliberalismo e a aceleração do desmonte


No caso das desestatizações atuais, o que espanta os analistas dos mais variados espectros ideológicos é o fato de que o governo Temer segue aprofundando os déficits públicos a despeito da venda do patrimônio público, uma venda, a propósito, realizada aos trancos e barrancos, com embargos do Tribunal de Contas da União (TCU), como no caso de ativos da Petrobras; com a venda não só de estatais estratégicas, mas também de empresas públicas com mera função operacional e não de ampliação de investimentos, como é o caso da Casa da Moeda; com mudanças de última hora nos marcos regulatórios para intensificar a atração de capitais estrangeiros, como no caso do petróleo e das águas; com casuísmo e negociações de balcão,

como no caso da decisão de venda de todo o setor elétrico, exceto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), dadas as pressões dos governadores do Nordeste, mas também as barganhas com cargos feitas por intermédio da empresa.

O clientelismo e o fisiologismo do PMDB tornam ainda mais céleres e descoordenadas as ações no âmbito do programa de parcerias para o investimento, de modo que a venda do patrimônio público e o aprofundamento do déficit fiscal andam de mãos dadas.

Vale destacar: executivos dos setores de infraestrutura e bancos de investimento, assim como advogados especializados em parcerias público-privadas e contabilistas especializados em concessões, têm elogiado o novo pacote do PPI. Entretanto, há entre tais atores econômicos um certo consenso de que o governo apresentou uma lista muito grande com um calendário pouco crível. Em outras palavras, mesmo aqueles que fazem uma leitura excessivamente benevolente do governo Temer reconhecem que o plano de desinvestimentos soa mais como um fato político e um esforço de ajuste fiscal do que como uma política capaz de ser levada adiante com a intensidade que o governo promete.

INTERNACIONAL



Nesta edição, a seção Internacional analisa o desempenho do presidente dos EUA, Donald Trump, os problemas internos que enfrenta e sua retórica agressiva contra a Venezuela e a Coreia do Norte.

MAIS DE MEIO ANO DO GOVERNO TRUMP

Desde sua posse, em 20 de janeiro de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem pouco a mostrar como resultado de suas promessas eleitorais de cunho fascista. Porém, vem demonstrando que é imprevisível e pode representar um sério perigo para a humanidade em função do poderio nuclear estadunidense sobre o qual ele, como chefe das Forças Armadas, detém o controle.

Sua primeira iniciativa de impedir o ingresso de imigrantes de sete países de maioria muçulmana nos Estados Unidos por 120 dias foi barrada pela Justiça de vários estados e irá a julgamento da Suprema Corte no mês de outubro.

Suas posições iniciais de retirar as tropas do Afeganistão foram revertidas e, recentemente, ele aprovou o envio de mais soldados para este país, alegando estar adotando uma nova estratégia que levará as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) à vitória sobre o Taleban. É uma mentira evidente, pois este visivelmente recuperou terreno desde o ataque dos Estados Unidos e seus aliados, dezesseis anos atrás, mantendo a tradição de nenhum império conseguir conquistar

o Afeganistão, como perceberam os ingleses e os russos no passado.

Sua tentativa de revogar e substituir o “Obama Care”, um seguro saúde para os mais pobres, subsidiado pelo Estado, foi aprovada na Câmara de Deputados, mas foi barrada no Senado, embora o Partido Republicano de Trump tenha maioria nas duas casas. Ironicamente, o voto republicano que o derrotou foi o do senador John McCain, que enfrentou Barack Obama e perdeu, na eleição de 2008.

O muro na fronteira do México, até o momento, não obteve dotação orçamentária do Congresso para ser construído. Embora subserviente aos Estados Unidos, o atual presidente mexicano, Peña Nieto, não se dispõe a financiar a construção, apesar da bazófia de Trump quanto a isso. No entanto, fontes da AFL-CIO, a central sindical estadunidense, acreditam que a construção ocorrerá, pois há muitos interesses econômicos em jogo.

Trump também não tem se saído bem no jogo político interno. Ele enfrenta a acusação de haver sido ajudado pelo governo russo em sua campanha eleitoral à presidência por meio de suposta

espionagem e ação de hackers contra a candidata democrata, Hillary Clinton. As evidências teriam sido encontros de auxiliares seus com diplomatas russos. Ele tentou obstruir as investigações, inicialmente pressionando o diretor-geral do FBI, James Comey, a interrompê-las e depois demitindo-o. Essas investigações prosseguem.

Outro fato foi a demora em se posicionar diante do assassinato de uma ativista anti-fascista por um militante supremacista branco durante uma manifestação deste grupo na cidade de Charlottesville, na Virgínia. Quando o fez, lamentando o ocorrido, logo depois se corrigiu dizendo que a culpa pela violência era dos dois lados.

Recentemente, abriu diálogo com alguns parlamentares do Partido Democrata que aceitaram prorrogar o déficit público como está, até dezembro. Em contrapartida, teria havido um acordo para revogar o decreto de Trump que retira a nacionalidade estadunidense de aproximadamente oitocentos mil “dreamers” (sonhadores), imigrantes que chegaram aos Estados Unidos ainda crianças e que Obama legalizou. A ampla maioria, 98%, são originários da América Latina, México em particular, e cerca de 1% são filhos de brasileiros.

Embora, como já mencionado, os republicanos sejam maioria nas duas Casas Legislativas, não tem havido consenso suficiente para aprovar alguns projetos de Trump. A procura por apoio dos democratas, em vez de ajudá-lo na aprovação, pode piorar sua situação junto ao seu partido.

A iniciativa na qual Trump tem obtido maior sucesso em sua gana de reprimir os imigrantes é a contratação de mais agentes para o controle de fronteiras e aeroportos, bem como daqueles, “os migras”, que reprimem a imigração ilegal em qualquer local do país, uma vez que a legislação aprovada depois de 11 de setembro de 2001 permite às autoridades exigirem a identificação das pessoas.

Entretanto, além desta política interna, que, aparentemente, a sociedade e as instituições têm sido capazes de neutralizar em alguma medida, as preocupações maiores dos analistas internacionais são com a política externa de Trump. Há três fatos que chamam a atenção: o envolvimento no con-

flito sírio, atacando as forças de Bassar el-Assad, a ameaça de intervenção militar na Venezuela e as ameaças bélicas contra a Coreia do Norte.

O primeiro, além de injustificável, provocou atritos com a Rússia, que atua no conflito contra o Estado Islâmico e em apoio ao governo sírio. O fim do apoio estadunidense aos rebeldes sírios extinguiria o conflito em pouco tempo.

A ameaça de intervenção militar direta na Venezuela é inaceitável, e lamentavelmente o governo golpista do Brasil e de outros vizinhos não se posicionaram a respeito repudiando a declaração. Pelo contrário, preparam-se para um jantar com Trump onde serão discutidas medidas contra o governo do presidente Nicolás Maduro a serem executadas pela direita da região. As últimas intervenções armadas dos Estados Unidos na América Latina e Caribe foram no Panamá e no Haiti nos anos 1990, mas agora é a primeira vez que isso ocorre com um país da América do Sul.

Uma ameaça que pode envolver diversos países e causar milhões de vítimas é a promessa de aplicação de “fogo e fúria” sobre a Coreia do Norte. Independentemente da retórica embutida nesta frase, o fato é que os Estados Unidos insistem em impedir aquele país de desenvolver suas armas nucleares, tarefa difícil, apesar das sanções que vêm sendo aplicadas. O presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-un, tem sido previsível e preciso nos seus informes sobre o desenvolvimento de seu programa nuclear, até porque suas informações não se destinam apenas aos adversários, mas também à sua própria população, que, no final das contas arca com seu custo. E ele acabou de anunciar que a última fase do programa será concluída até o final do ano.

A tentativa de impedi-lo pela força das armas afetaria vários países circundantes da Coreia do Norte, em particular a Coreia do Sul, o Japão e a China, e os Estados Unidos têm um compromisso histórico de defender os dois primeiros. Portanto, a solução tem que vir de outra política, conforme bem recomenda o governo chinês, que provavelmente é quem melhor entende a lógica dos líderes coreanos.

Porém, é difícil prever o que farão Trump e os “falcoes” dos EUA neste momento.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



O mês de setembro trouxe mais uma série de denúncias contra Michel Temer e outros membros do governo golpista. A prisão do ministro Geddel Vieira Lima, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, a delação do doleiro Funaro, além da nova denúncia de Janot, acendem o sinal amarelo no Planalto. Temer deve conversar com a base aliada sobre estratégias para escapar. Em Curitiba, Lula depôs novamente e mais uma vez não foram apresentadas provas. As declarações do ex-ministro Antonio Palocci, no início do mês, deram apoio à denúncia

Denúncia contra Temer e o “quadrilhão” do PMDB

No dia 14, o procurador-geral da República Rodrigo Janot denunciou o presidente golpista Michel Temer ao Supremo Tribunal pelos crimes de formação de organização criminosa e obstrução de justiça. Além de Temer, são acusados de compor a organização criminosa os peemedebistas Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, Moreira Franco, Geddel Vieira Lima e Eliseu Padilha, todos membros ou ex-membros da Câmara dos Deputados, além de assessores e operadores, como José Yunes e Lúcio Funaro. Segundo a PGR, os denunciados receberam pelo menos 587 milhões de reais em propina e vantagens indevidas.

A denúncia ganhou força após relatório entregue pela Polícia Federal, que apontou que o objetivo da organização criminosa era obter vantagens indevidas dentro da administração federal e da Petrobras. Também pesou a favor de Janot a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal que negou de forma unânime o pedido de suspeição do pro-

curador Janot pela defesa do presidente Temer. A denúncia foi feita às vésperas do fim do mandato de Janot, que se encerrou no dia 17. A nova procuradora-geral, Raquel Dodge, tomou posse no dia 18.

A nova denúncia seguirá o mesmo rito da última, que foi barrada na Câmara dos Deputados. Na ocasião, Janot havia denunciado Temer pelo crime de corrupção passiva, baseando-se nos áudios e delações da JBS, que apontaram que Temer havia sido o beneficiado com a mala de 500 mil reais destinados à compra do silêncio do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e do doleiro Lúcio Funaro. Para seguir, a denúncia precisa passar pela Câmara dos Deputados e seu prosseguimento ser autorizado por 342 parlamentares, isto é, dois terços do total. Para a PGR, Temer cometeu o crime de obstrução de justiça ao tentar barrar a Lava Jato na compra do silêncio de Cunha e Funaro e formou uma organização criminosa da qual era o braço político.

De acordo com o relatório da Polícia Federal e o conteúdo da denúncia, Cunha tinha a função de

negociar e desenvolver os aspectos obscuros das operações criminosas, enquanto Temer oficializava os atos. Os principais membros da organização criminosa são ou foram indicados para serem ministros de Temer desde o primeiro dia do presidente no Planalto, após o golpe, à exceção de Eduardo Cunha, que já ocupava o posto de presidente da Câmara. Henrique Alves foi indicado para o Turismo; Moreira Franco para a secretaria do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e depois para Secretaria-Geral da Presidência, ganhando foro privilegiado simultaneamente ao avanço das investigações; Geddel Vieira Lima para a Secretaria de Governo; e Eliseu Padilha para a Casa Civil. Todos, em especial Franco, Padilha e Cunha, foram articuladores de Temer na derrubada do governo legítimo da presidenta Dilma Rousseff.

A defesa de Temer solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, que devolva à PGR a denúncia, sob a alegação de que Janot teria incluído nesta fatos anteriores ao mandato presidencial de Temer. De acordo com a Constituição Federal, um presidente da República não pode ser julgado em seu mandato por fatos ocorridos anteriormente a sua posse. Fachin deve aguardar uma decisão do plenário do Supremo em relação a uma questão de ordem impetrada pela defesa de Temer, que pede que as investigações sejam suspensas até que os fatos envolvendo a delação da JBS, que está sob investigação após áudios não entregues serem revelados e um procurador ser acusado de ter colaborado com a empresa, sejam esclarecidos.

Por depender de autorização da Câmara dos Deputados, a expectativa é que o governo siga negociando cargos e emendas parlamentares com os deputados de modo a conseguir o suficiente para barrar a denúncia, como na primeira vez. Para a base fisiológica que sustenta Temer, a denúncia é quase uma clara oportunidade de abocanhar cargos na máquina pública e verbas do orçamento federal para livrar Temer e seus comparsas.

Novo depoimento de Lula na Lava Jato

No último dia 13, Luiz Inácio Lula da Silva depôs pela segunda vez, em Curitiba (PR), ao juiz Sergio Moro. O segundo depoimento ocorreu na sema-

na em que o ex-presidente retornava da Caravana realizada pelo Nordeste, onde foi aclamado como o melhor presidente do Brasil naquela região.

No processo no qual depôs, Lula é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a acusação, a Odebrecht teria comprado um terreno para o Instituto Lula, em São Paulo e um apartamento vizinho ao que o ex-presidente reside, em São Bernardo (SP), com propinas de contratos da Petrobras. Uma semana antes, o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci fez declarações a Moro de que Lula tinha um “pacto de sangue” com os donos da Odebrecht para pagamento de propinas ao PT, tentando comprometer Lula na Lava Jato para obter redução de sua pena na ação.

No depoimento de Lula, o Ministério Público apresentou cópias de e-mails trocados entre Palocci e Marcelo Odebrecht em que tratavam do terreno para o Instituto Lula e projetos arquitetônicos de reforma do imóvel para o Memorial da Democracia. Lula disse desconhecer os documentos e que só falou sobre esse prédio com o presidente do Instituto, Paulo Okamoto, e que o local era inadequado para sediá-lo. O Instituto Lula pediu ao então prefeito, Gilberto Kassab, um terreno para a construção do Memorial em uma área perto da Estação da Luz, conhecida como cracolândia.

Quanto ao apartamento em São Bernardo, era alugado pela União desde 2007, para a segurança presidencial no período em que Lula era presidente. A partir de 2010, quando Lula deixou a Presidência, foi mantido alugado pela família para ser usado para reuniões políticas, de modo a não ocupar o imóvel onde reside.

Embora o apartamento estivesse sendo alugado de Glaucos Costamarques para a família Lula desde o dia 1º de fevereiro de 2011, a escritura só foi transferida do antigo proprietário para o nome dele em 2016. Glaucos é primo do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente. Lula afirmou que o pagamento dos aluguéis era feitos com regularidade pela esposa, Marisa Letícia, como também constam nas declarações de imposto de renda dele, como inquilino, e de Glaucos, como proprietário e que, portanto, não há nenhuma irregularidade.

O depoimento de Lula foi pontuado por menções a

Palocci. Rebatendo suas acusações, o ex-presidente disse que Palocci é uma pessoa fria e calculista, que faria qualquer coisa para conseguir o que deseja, no caso, a redução de sua pena. Disse não ter raiva do ex-ministro, mas pena e que “nada do que ele disse no depoimento é verdadeiro. A única verdade é ele dizer que está fazendo aquela delação porque quer os benefícios da delação”. Para Lula, Palocci “inventou a frase de efeito ‘pacto de sangue’ para descrever a relação de Lula com a Odebrecht, mas foi ele, Palocci quem fez pacto de sangue com os advogados e o Ministério Público”.

Além de responder às perguntas de Moro, também o acusou de ter sido injustiçado na condenação a nove anos e seis meses de prisão, na ação penal sobre o triplex no Guarujá (SP). Disse que quer enfrentar o Ministério Público e a força-tarefa da Lava

Jato para provar sua inocência, que a ninguém interessa mais provar sua inocência do que a ele próprio e que, isso feito, espera que os procuradores lhe peçam desculpas.

O futuro político de Lula depende do desfecho das ações penais em curso, na que diz respeito ao triplex no Guarujá, foi condenado a mais de nove anos de prisão. A defesa afirma que a ação de Moro e dos procuradores é uma perseguição política contra o ex-presidente, com intenção de tirá-lo da disputa presidencial em 2018. Lula lidera as intenções de voto, com cerca de 30%, mais que o dobro de seus adversários, segundo as pesquisas. Após o depoimento, Lula foi recebido por mais de sete mil apoiadores, em ato na Praça Generoso Marques, em Curitiba.



acesse o canal **teve FPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

SOCIAL



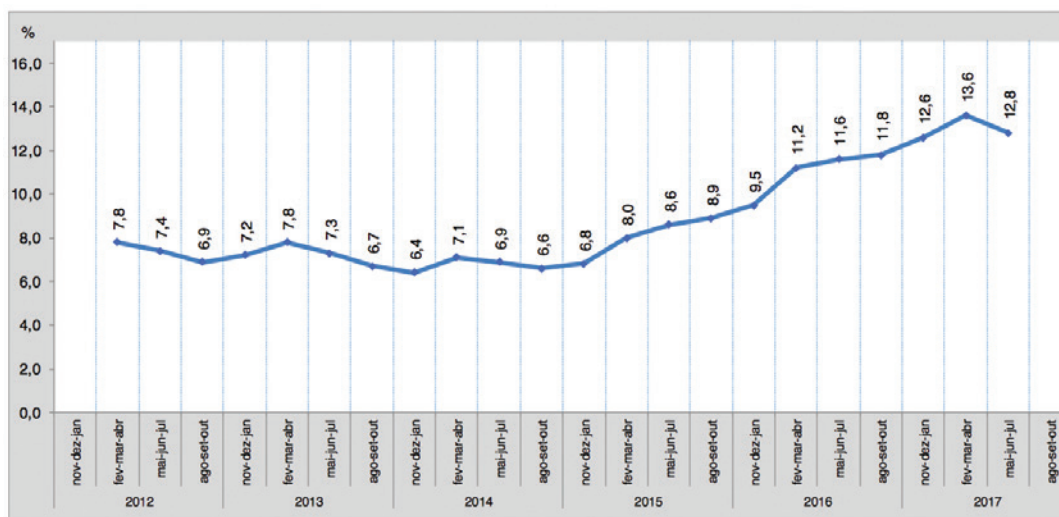
Esta seção analisa os últimos dados disponíveis para o mercado de trabalho, que mostram que precisa ser questionado o otimismo do governo golpista com a recuperação, pois os níveis de desemprego permanecem muito altos. A pequena recuperação do emprego tem ocorrido em ocupações mais precárias e não há sinais consistentes ainda de que essa melhora seja duradoura. Em seguida, faz uma análise sobre os efeitos da crise e da austeridade fiscal na saúde dos brasileiros e também para a educação, em especial para os jovens e considerando o ensino superior.

Mercado de trabalho

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a taxa de desocupação foi de 12,8% de maio a julho de 2017,

com queda de 0,8 ponto percentual em relação ao trimestre de fevereiro a abril de 2017 (13,6%). Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior (11,6%), houve alta de 1,2 ponto percentual no índice.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, de todos os trimestres comparáveis - Brasil 2012/2017 (em %)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Mas o destaque é para o fato de que o número de empregados com carteira de trabalho assinada (exceto trabalhadores domésticos) foi de 33,3 milhões de pessoas no trimestre analisado: o número mostrou estabilidade frente ao trimestre anterior, mas caiu 2,9% frente ao mesmo trimestre do ano anterior (- 1 milhão de pessoas). Já o número de empregados sem carteira assinada (10,7 milhões de pessoas) cresceu 4,6% em relação ao trimestre anterior (mais 468 mil pessoas) e 5,6% contra o mesmo trimestre de 2016 (mais 566 mil pessoas). O contingente de trabalhadores por conta própria (22,6 milhões de pessoas) subiu 1,6% na comparação trimestral (mais 351 mil pessoas) e na anual houve estabilidade. Na categoria dos trabalhadores domésticos, estimada em 6,1 milhões de pessoas, houve estabilidade em ambas as comparações.

Assim, segundo a PNADC, o crescimento do emprego no Brasil ocorre especialmente em postos sem carteira e entre os trabalhadores por conta própria, o que mostra uma piora na qualidade dos empregos. Esse fenômeno tem sido apontado até mesmo pela Carta de Conjuntura do Ipea. Alguns analistas apontam que isso seria somente uma “etapa” na retomada do crescimento e que, em breve, teremos geração de empregos de melhor qualidade. No entanto, em novembro entra em vigor a reforma trabalhista, que torna “formais” diversas formas de contratação antes consideradas ilegais: vínculos passarão a ser considerados como formais apesar de a situação objetiva dos trabalhadores continuar precarizada. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Dieese/Seade), que consegue captar outras formas de desemprego ocultas pela intermitência da procura de trabalho ou pela concomitância com ocupações temporárias (bicos), mostra um quadro mais grave, também com o aumento do tempo médio para encontrar um emprego em diversas regiões metropolitanas do Brasil.

Antes mesmo da entrada em vigor da reforma, diversos setores têm feito extensas reestruturações, como é o caso do bancário: entre janeiro e julho de

2017, os bancos brasileiros fecharam 10.680 postos de trabalho no país, de acordo com dados do Dieese.

Assim, o discurso da superação da crise do mercado de trabalho precisa ser ponderado, pois os níveis de desemprego permanecem muito altos no Brasil, a pequena recuperação do emprego tem ocorrido em ocupações mais precárias e não há sinais consistentes ainda de que essa melhora seja duradoura. Ou seja, as famílias brasileiras estão ainda sofrendo com o efeito da crise na renda familiar o que, inclusive, fez crescer nos últimos meses o setor de conserto de eletrodomésticos e reparo de roupas.

Crise no mercado de trabalho, austeridade e saúde

Fabíola Sulpino Vieira, em “Crise econômica, austeridade fiscal e saúde”, aponta que crises econômicas e as medidas de austeridade fiscal - que reduzem o gasto com políticas sociais - pioram a situação de saúde da população. Com base na literatura internacional, a autora relaciona a perda do emprego e redução da renda com o aumento da ocorrência de divórcios, violência, estresse, aumento da incidência e prevalência de ansiedade, depressão, abuso de álcool e outras drogas, que podem, segundo a autora, estar na origem de outros processos de deterioração do quadro de saúde da população. Outro problema grave é o aumento dos casos de suicídio. A redução da renda da população também aumenta a demanda no sistema público de saúde, que, conjugada a medidas de austeridade fiscal, contribui para o aumento das desigualdades sociais e pode acelerar a deterioração da saúde da população. Outras pesquisas apontam que jovens são especialmente mais vulneráveis ao suicídio sob a ocorrência de perda de renda e emprego e são justamente eles os que mais têm sofrido com a crise atual.

Educação e juventude

O relatório “Education at a glance” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que os jovens do Brasil têm menos acesso à universidade que os países que formam o bloco da OCDE e parceiros, mas está na frente da Índia e da China, por exemplo. Também, o diferen-

cial de salários entre um indivíduo com diploma de ensino superior e sem diploma de ensino superior no Brasil é o maior entre os 35 países analisados no relatório, um indicativo da desigualdade social do país.

Se o quadro do acesso ao ensino superior vinha mudando com os governos do PT, com crescimento expressivo das matrículas de 2003 a 2014, hoje os dados do Censo da Educação Superior 2016 apontam, pela primeira vez nos últimos onze anos, uma estagnação das matrículas neste nível e diminuição do número de alunos nas instituições pri-

vadas. Mas, nesse quadro de crise no mercado de trabalho e de ajuste fiscal que atinge duramente as Instituições de Ensino Superior - com cortes nas instituições em si, mas também no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) etc -, o ministro da Educação Mendonça Filho afirmou em coletiva de imprensa que as matrículas caíram por “desânimo dos jovens” e culpou as famílias por “empurrá-los” ao mercado de trabalho.

Para ver mais, consultar:

MEC culpa os jovens pela estagnação do ensino superior <https://goo.gl/qq3DKQ>

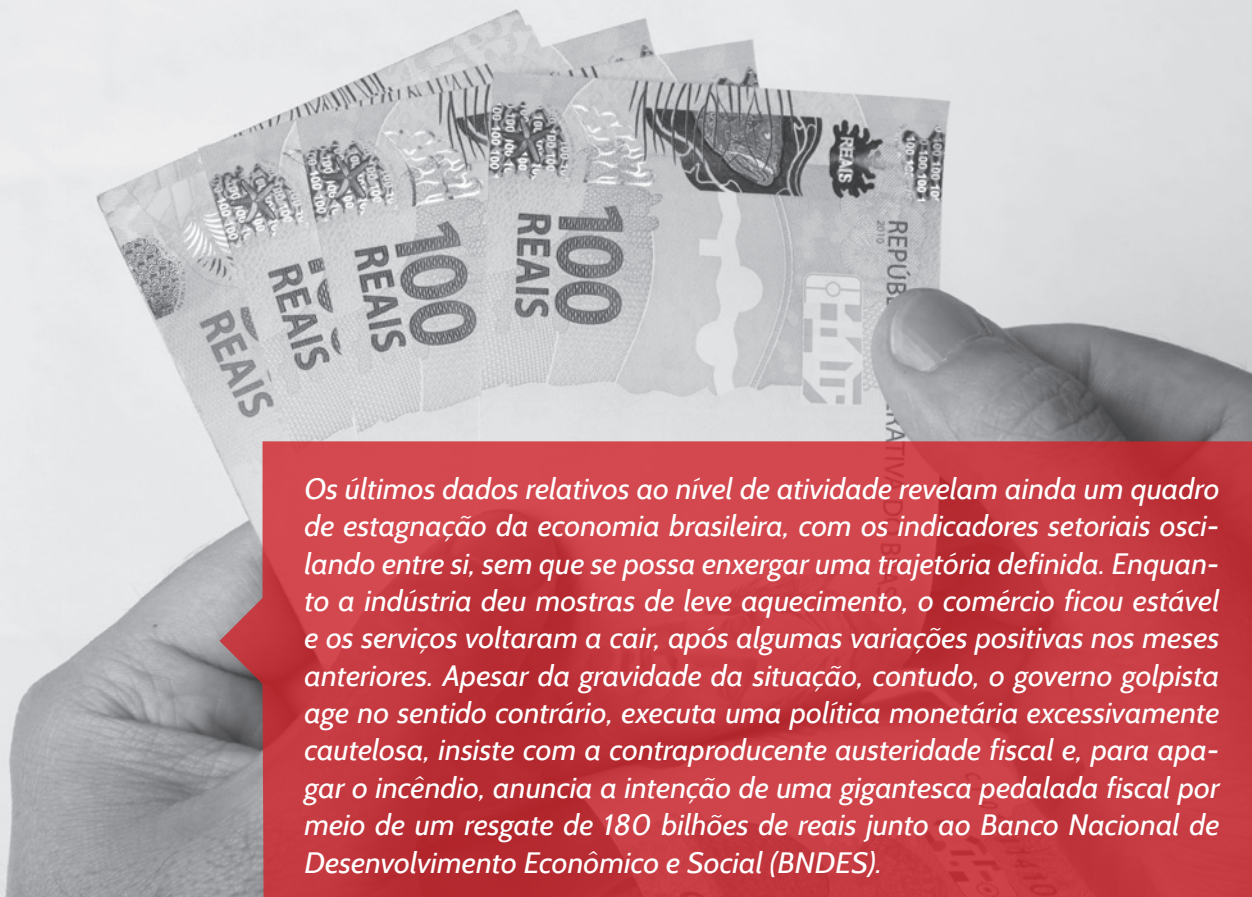
Education at a Glance 2017 <https://goo.gl/LVASXC>

Crise econômica, austeridade fiscal e saúde <https://goo.gl/qz3wxb>

Conserto de eletrodoméstico e reparo de roupa avançam na crise <https://goo.gl/GrZDKX>

Setor bancário já fechou 10.680 postos de trabalho no ano <https://goo.gl/uJuQqx>

ECONOMIA



Os últimos dados relativos ao nível de atividade revelam ainda um quadro de estagnação da economia brasileira, com os indicadores setoriais oscilando entre si, sem que se possa enxergar uma trajetória definida. Enquanto a indústria deu mostras de leve aquecimento, o comércio ficou estável e os serviços voltaram a cair, após algumas variações positivas nos meses anteriores. Apesar da gravidade da situação, contudo, o governo golpista age no sentido contrário, executa uma política monetária excessivamente cautelosa, insiste com a contraproducente austeridade fiscal e, para apagar o incêndio, anuncia a intenção de uma gigantesca pedalada fiscal por meio de um resgate de 180 bilhões de reais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nível de Atividade

Os dados divulgados no começo de setembro sobre a evolução do PIB no segundo trimestre ajudaram a perceber que o nível de atividade econômica, apesar de indicar o fim da recessão, aponta ainda para um quadro de estagnação, sem que se possa perceber ainda qual setor de atividade ou componente da demanda agregada será capaz de impulsionar um processo de recuperação nos próximos meses. Ocorre que os fatores que evitaram o aprofundamento do quadro recessivo são ainda frágeis e limitados a episódios circunscritos no tempo.

O surpreendente crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre esteve calcado - pela ótica da oferta - na expansão da produção agrícola (+15%) e, pela ótica da despesa, na expansão das exportações (+19,3%). Já a oscilação positiva de 0,2% registrada no PIB do segundo trimestre decorreu fundamentalmente da recuperação do consumo das

famílias, o qual cresceu 1,4% no segundo trimestre - interrompendo uma trajetória de nove trimestres consecutivos de queda - e foi o principal responsável pela expansão das vendas no varejo, que avançaram 1,9% no trimestre.

Contudo, infelizmente esse suspiro do consumo não deve ser considerado como um sinal virtuoso de recuperação. Antes de tudo essa expansão das despesas das famílias decorreu da liberação de 44 bilhões de reais do FGTS distribuídos ao longo dos seis primeiros meses do ano. Não fosse esse alívio "exógeno", o PIB do segundo trimestre teria apresentado uma retração em relação ao anterior, uma vez que pela ótica da despesa foram registradas quedas tanto nos gastos do governo (-0,9%) quanto no volume total de investimentos (-0,7%).

Já quando se consideram os dados relativos ao mês de julho, a boa novidade veio do lado da produção industrial, que registrou um crescimento de 0,8%,

seja no comparativo mensal, seja no acumulado ao longo do ano de 2017 (janeiro a julho). Conforme se pode observar na tabela abaixo, esse bom desempenho da indústria foi puxado pelas ampliações da produção de Bens de Consumo Duráveis e de Bens de Capital que registraram importante crescimento tanto no comparativo mensal (respectivamente de 2,7% e de 1,9%) quanto no acumulado no ano (9,8% e 3,7%).

A razão dessa recuperação parcial da atividade industrial está, por um lado, vinculada à expansão das vendas para o mercado externo - principalmente no que se refere às exportações de veículos automotores - e também à já mencionada extraordinária evolução da safra agrícola que fez ampliar a demanda por máquinas e equipamentos.

Já os demais indicadores mensais de atividade econômica registraram no mês de julho números menos animadores. Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE) indicaram que as vendas no varejo ficaram estáveis, enquanto no Comércio Varejista Ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção) apresentou uma pequena oscilação positiva (0,2%), puxada principalmente pela expansão das vendas de materiais de construção. Por sua vez, no que tange ao setor de serviços, os números apurados pela PMS do IBGE indicam que, no mês de julho, voltou-se ao campo negativo com uma queda de 0,8%.

Considerando os principais resultados apurados pelas pesquisas mensais do IBGE para o mês de julho, o indicador antecedente do PIB (IBC-Br) calculado pelo Banco Central apontou para um crescimento da economia de 0,41% na passagem do mês de junho para o mês de julho. Com isso, de acordo com as estimativas do BC, espera-se que o ano de 2017 termine com um crescimento do PIB em torno de 0,5%, isto é, um ritmo que sequer garante o atual patamar do PIB per capita.

Setor Público

O resultado consolidado do setor público - isto é, o resultado fiscal dos governos municipais, estaduais e federal, adicionado dos resultados econômicos das empresas estatais não financeiras (exceto Pe-

trobras e Eletrobras) - apresentou um déficit primário de 16,1 bilhões de reais no mês de julho, fazendo com que o total acumulado ao longo dos sete primeiros meses do ano alcançasse 52,3 bilhões de reais, o que corresponde a um aumento de 40,1% se comparado com o déficit primário apurado no mesmo período de 2016.

De acordo os cálculos da Instituição Fiscal Independente/Senado Federal (IFI), o referido resultado primário é decorrência direta da deterioração das contas do governo central, cujo déficit em 2017 ampliou-se em 22,9 bilhões de reais no presente ano (alcançando um total de 68,7 bilhões até julho), enquanto estados e municípios em conjunto apresentaram um superávit primário que totalizou 18,3 bilhões, praticamente o dobro do que havia sido apurado no mesmo período do ano anterior.

Com isso, as estimativas da IFI apontam para uma permanência de um déficit primário como proporção ao PIB no patamar de 2,4% em 2017 - muito próximo do que foi registrado em 2016 (2,5%) -, revelando um quadro extremamente grave do ponto de vista fiscal, uma vez que as próprias medidas da austeridade míope praticada pelo governo parecem já terem se esgotado. O contingenciamento linear sobre o orçamento da União já atingiu os seus limites, e as fontes de receitas extraordinárias com as quais o governo contava no início do ano não têm se efetivado em volume suficiente para evitar a deterioração maior das receitas - por exemplo, as receitas obtidas com concessões caíram 86% se comparadas com aquelas obtidas no mesmo período do ano de 2016.

Além disso, cabe frisar que apenas por conta da queda da inflação e seus impactos sobre o valor nominal das receitas e despesas do setor público estima-se uma frustração adicional da arrecadação da ordem de 30 bilhões de reais. Ou seja, com a política de austeridade fiscal, o próprio corte das despesas públicas derruba a atividade econômica, provoca uma queda geral do nível de preços que, por sua vez, leva à redução do chamado imposto inflacionário, com o qual o governo costuma financiar parte de suas despesas.

Por último, não é demais lembrar que as despesas financeiras continuam impactando fortemente o

resultado nominal do setor público consolidado e, de longe, correspondem à principal razão do desequilíbrio fiscal brasileiro. No acumulado entre janeiro e julho, o déficit nominal, que em 2016 havia ficado em 6,5% do PIB, alcançou em 2017 o total de 7,7%, sendo que as despesas com o pagamento de juros saltaram no mesmo comparativo de 5,7% para 6,3% do PIB.

Como se não bastasse, diante de rotundo fracasso na gestão macroeconômica do país, para enfrentar os gargalos fiscais em que se meteu, o governo anunciou neste mês de setembro que pretende transferir 180 bilhões de reais do BNDES ao Tesouro Nacional. A medida, além de fragilizar ainda mais o funding do banco e limitar a sua capacidade de financiamento do setor produtivo, corresponde a uma brutal e escancarada pedalada fiscal, sobre a qual paira um silêncio constrangedor.

Comércio Exterior:

As vendas para o mercado externo continuaram apresentando um crescimento importante nas primeiras três semanas do mês de setembro, com uma média diária de 910,8 milhões de dólares, o que representa um aumento de 7,6% em relação à média diária do mês de agosto. Esse resultado foi a expressão do aumento de 15% nas vendas de produtos semimanufaturados (+15,0%), de 7,6% dos manufaturados e de 6,9% dos básicos.

Já no que diz respeito às importações, a média diária até a 3ª semana de setembro ficou 665,4 milhões de dólares, portanto, 10,3% do acima da média de agosto. Com isso, o saldo comercial até foi de 245,4 milhões de dólares por dia útil no período, o que corresponde apenas a um aumento de 0,8% em relação à média diária registrada no mês anterior.

Assim, de acordo com a tendência apresentada pelos indicadores do comércio externo no período recente, embora o ano de 2017 deva registrar um resultado inédito em termos de superávit comer-

cial - estima-se um total próximo dos 60 bilhões de dólares - parece que o ciclo começa a arrefecer, com uma tendência das importações crescerem a um ritmo superior ao das exportações.

Inflação e política monetária:

A inflação apurada pelo IGP-10 da Fundação Getúlio Vargas (FGV) relativa aos primeiros dias de setembro revelou uma pequena inflexão na trajetória de queda que vinha sendo registrada nos últimos meses, passando de -0,17% em agosto para 0,39% no mês de setembro. O principal fator dessa mudança foi a variação do preço dos combustíveis decorrente tanto do aumento das alíquotas de PIS e Cofins determinadas pelo governo, quanto de uma elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Por conta disso, quando se observa o comportamento da inflação utilizando o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) da mesma FGV, a variação mensal apurada no início de setembro chegou a 0,55% (ante -0,42% na mesma quadrissemana de agosto), fortemente influenciada por um aumento de 6,08% nos custos com combustíveis para o consumo e de 3,87% dos combustíveis e lubrificantes para a produção.

Assim, apesar dos choques de preços que impactaram positivamente as taxas de inflação na passagem de agosto para setembro, as estimativas de inflação para o ano continuam em patamar muito baixo - segundo as estimativas das instituições consultadas pelo BC a inflação (IPCA) deverá terminar o ano em 3,08%. Contudo, como estamos em um país dirigido por homens do mercado financeiro e orientados pelo rentismo, ao que se pode apurar da última ata do BC, a mudança na trajetória de queda das taxas de inflação verificada nas últimas semanas deverá servir de argumento para uma redução no ritmo de queda da taxa básica de juros (Selic) nos próximos meses.

TERRITORIAL



Um dos bens nacionais mais cobiçados pelos setores mais predatórios da economia nacional são as terras indígenas. Seu potencial de uso para plantio, pastoreio ou especulação deixa a população indígena em situação de extrema vulnerabilidade. Isso vale também para a possibilidade de exploração de minérios valiosos e de madeira em abundância, que atraem empresas privadas, somados à ausência de proteção do Estado, que tem se agravado recentemente pela ação do governo federal e do Congresso Nacional. Cabe aos índios a hercúlea tarefa de garantir o respeito aos seus direitos e à sua vida, defendendo as reservas de biodiversidade nas quais estão assentados. Todos os setores progressistas têm o dever de se aliar a esta luta.

DEMARCAÇÃO E DISPUTA PELAS TERRAS INDÍGENAS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou, em 2010, a população indígena em cerca de novecentas mil pessoas, distribuídas em 305 etnias que falam mais de 150 línguas/dialetos. A maioria delas, cerca de 64% (570 mil indígenas), residia na zona rural, e 36% (323 mil indígenas) no meio urbano brasileiro. A maior concentração indígena se dá no Norte do país, onde habitavam 38% do total (343 mil pessoas). Dos que vivem no meio urbano, apenas 8% residem em Terras Indígenas (TI). No meio rural esta proporção aumenta para 86%. No entanto, seja no meio rural ou urbano, esta população vem sofrendo violências cada vez maiores de garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores, posseiros, fazendeiros e, inclusive, narcotraficantes. O motivo: suas terras. As grandes mineradoras também os pressionam com o mapeamento mineralógico das áreas indígenas, muitas inclusive com estudos *in loco* para exploração, e com o suposto patrocínio a grupos de garimpeiros

ilegais que já atuam por lá. A isso ainda soma-se o desrespeito aos direitos indígenas, sua vida, cultura e à nossa história.

Terras indígenas – quantas são e onde estão

Foi estimado que aproximadamente 567 mil indígenas (63,3%) residiam em terras indígenas (TI) em 2010. As maiores etnias eram os Tikúna, com 46.045 pessoas, dos quais 39.349 residiam em terras indígenas, Guarani-Caiowá, com 43.401 pessoas (35.276 em TI) e Kaingang, com 37.040 indígenas (31.814 em TI). As maiores etnias não residentes em TI eram os Terena (9.626 pessoas), Baré (9.016) e os Guarani Kaiowá (8.125). Esta população se distribui em grupos não muito populosos. Os Tikuna, por exemplo, estão em 27 terras, as quais, em geral, compartilham com outras tribos.

Segundo a base de dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), em agosto de 2017 havia 728 terras indígenas que ocupavam um total de 118 milhões de hectares, cerca de 13,8% do território nacional. De acordo com a Constituição Federal (C.F.) de 1988 (Lei 6001/73 - Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), elas são sistematizadas nas seguintes modalidades:

Terras indígenas Tradicionalmente Ocupadas: contemplam a maioria das áreas indígenas (666 unidades) e é onde reside a maior parte da população indígena em suas terras, são 117 milhões de hectares. São as terras de direito originário dos povos indígenas, ocupadas por estes desde períodos anteriores à formação do próprio Estado, das quais trata o artigo 231 da C.F. de 1988: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambien-

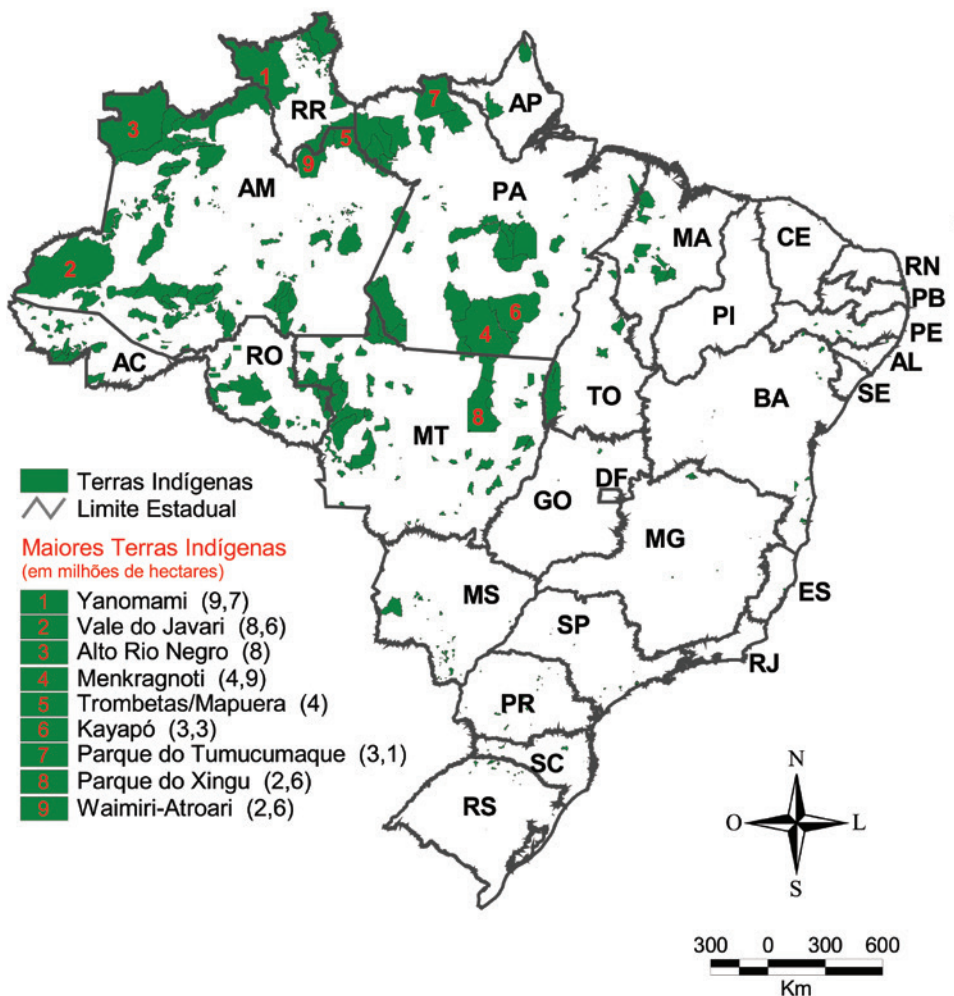
tais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Reservas Indígenas: 48 unidades, que ocupam o total de 98 mil hectares. São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas.

Terras Dominiais: oito unidades, que ocupam o total de 35 mil hectares. São as terras de propriedade das comunidades indígenas, e não apenas posse, como as demais. As terras de domínio foram adquiridas por compra ou doação aos índios.

Terras Interditadas: seis unidades, que ocupam o total de 1,1 milhão de hectares. São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área.

Mapa 1. Terras indígenas



Fonte: Microdados da Fundação Nacional do Índio - Funai, em agosto de 2017.

Como pode-se observar no mapa 1, cerca de 60% das terras indígenas estão localizadas na Amazônia legal, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e parte dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás. O maior território indígena é o Yanomami (número 1 do mapa), que com cerca de 9,7 milhões de hectares, abarca parte do território amazonense e roraimense até a divisa com a Venezuela. Os segundo e terceiro maiores territórios indígenas contínuos ficam no estado do Amazonas. O Vale do Javari e Alto Rio Negro, com 8,6 e oito milhões de hectares, respectivamente, abrigam dezenas de etnias contatadas e outras isoladas.

As menores terras indígenas do país ficam no estado de São Paulo, onde vivem tribos Guaranis. As duas da região de Miracatu-Sete Barras, que possuem sete e um hectare respectivamente. E a do Jaraguá, na cidade de São Paulo, que foi recentemente reduzida de 530 para 1,7 hectare, onde, conseqüentemente, o povo que ali vive está em conflito para reaver sua terra.

O processo de demarcação

Nas Disposições Constitucionais Transitórias da C.F. de 1988, estabeleceu-se o prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas brasileiras fossem demarcadas. O prazo naturalmente não se cumpriu, e

o processo demarcatório destas terras ainda é lento e cercado de muitas pressões políticas e econômicas. Das 728 terras indígenas, apenas 466 (64%) estavam regularizadas em agosto de 2017, segundo os dados da Funai. As fases do procedimento demarcatório são:

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Encaminhadas com reserva indígena (RI): Áreas que se encontram em procedimento administrativo visando sua aquisição para transformação em reservas indígenas.

Delimitadas: Terras que obtiveram os estudos aprovados pela presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que estão em análise no Ministério da Justiça.

Declaradas: Terras com expedição da Portaria Declaratória do Ministério da Justiça e então autorizadas para serem demarcadas fisicamente.

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

Tabela 1. Fases do procedimento de demarcação de terras indígenas por modalidade

MODALIDADE	FASE DO PROCEDIMENTO						TOTAL
	Em Estudo	Encaminhada como R.I.	Delimitada	Declarada	Homologada	Regularizada	
Dominial Indígena	0	0	0	0	0	8	8
Interditada	6	0	0	0	0	0	6
Reserva Indígena	2	15	0	0	0	31	48
Tradicionalmente ocupada	112	0	38	38	72	17	427
TOTAL	120	15	38	72	17	466	728

Fonte: Microdados da Fundação Nacional do Índio - Funai, em agosto de 2017.

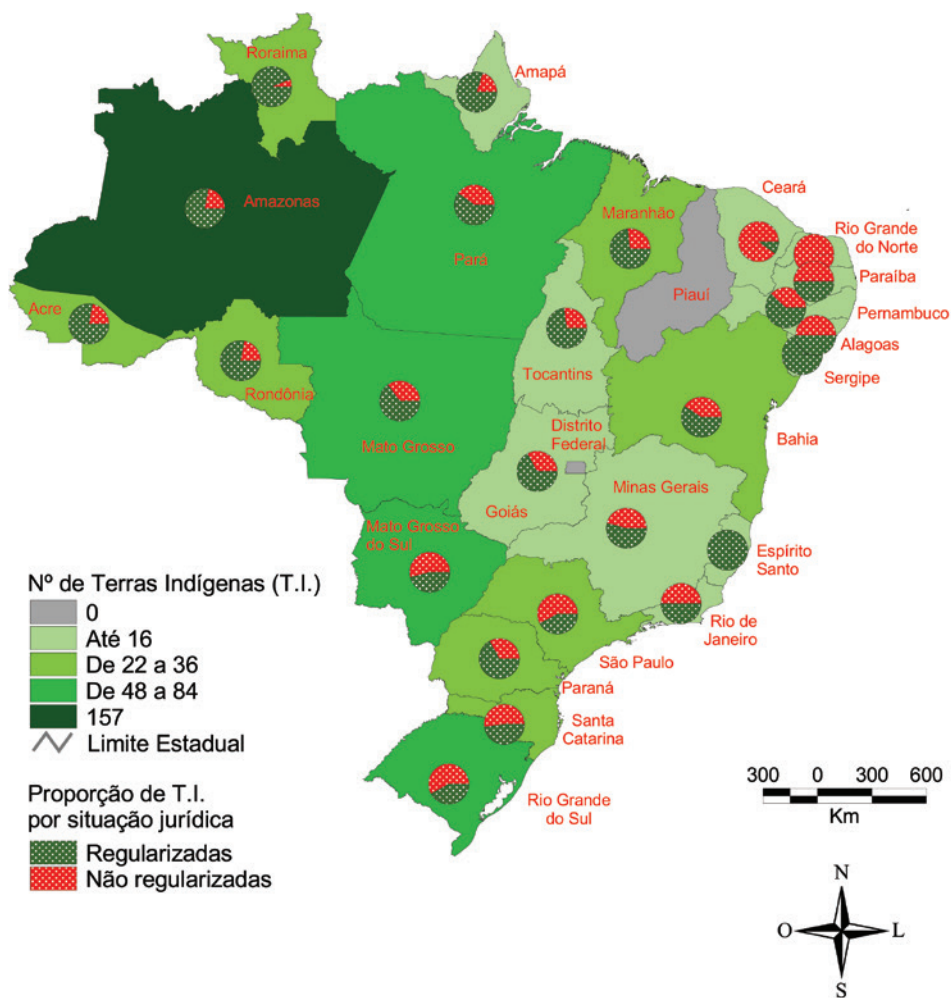
A análise da tabela 1 permite concluir que há um longo caminho para regularização da terra indígena. A fase mais longa do processo, em geral, é a do estudo, na qual havia 120 processos em análise em agosto último. A terra indígena Vila Real, no Maranhão, que abriga a etnia Guajajara, teve o estudo da área iniciado em 2003 e ainda aguarda pela conclusão para seguir à etapa seguinte. Enquanto isso a terra Guajajara

vai sendo paulatinamente ocupada e desmatada por posseiros, bem como alguns índios da etnia assassinados, o que obriga estas comunidades nativas a adentrarem mais a mata ou serem assimiladas pelas pobres comunidades que se formam no entorno. Até que se descaracterizem e percam o direito à sua terra. Esta é uma estratégia perversa utilizada com as tribos residentes nas bordas da Amazônia legal.

Todas as áreas interditadas estão na fase de estudo, elas compreendem os indígenas isolados e, por abarcarem territórios em média maiores que os demais, é esperado que, segundo a lógica atual, permaneçam um longo período nesta fase.

Outro gargalo é a fase de “Declaração”, na qual as terras aguardam por anos a autorização do Ministério da Justiça para terem seus limites demarcados fisicamente. Nesta etapa estão 72 áreas atualmente.

Mapa 2. Terras indígenas por situação de regularização



Fonte: Microdados da Fundação Nacional do Índio - Funai, em agosto de 2017.

O mapa 2 permite visualizar duas informações. A cor temática de fundo indica que quanto mais verde está o estado, mais terras indígenas ele possui. Neste quesito destaca-se o estado do Amazonas, que possuía 157 terras indígenas em agosto de 2017. É notável esta concentração nos estados amazônicos e no Rio Grande do Sul. Já o Distrito Federal e Piauí são as únicas unidades federativas que não possuem territórios indígenas, apesar deste último possuir cerca de três mil indígenas que lutam para serem reconhecidos. Em março de 2017, o governo federal fechou a sede da Funai que existia no estado.

No mesmo mapa é possível observar que alguns estados são muito mais lentos no processo de regularização das terras. Exceto o estado do Rio Grande do Norte, que possui um único processo ainda não aprovado; os estados do Ceará, com apenas 11% dos territórios indígenas regularizados; Alagoas, com 28,6%; Santa Catarina, 33,3%; Rio Grande do Sul, 38,6; São Paulo, 40%; Mato Grosso do Sul, 45,8%; e Paraíba e Rio de Janeiro, com 50%, são os estados onde tais processos menos andam. Já os estados do Norte do país são os mais ágeis, Roraima possui 97% de suas terras indígenas regularizadas. O Espírito Santo, com seus três

territórios regularizados; e Sergipe, que possui um único território, e já regularizado, são os que atingem a marca de 100%. Este último estado, no entanto, possui outras duas comunidades indígenas, em áreas degradadas, que não tomaram providências para regularização.

Degradação das terras indígenas

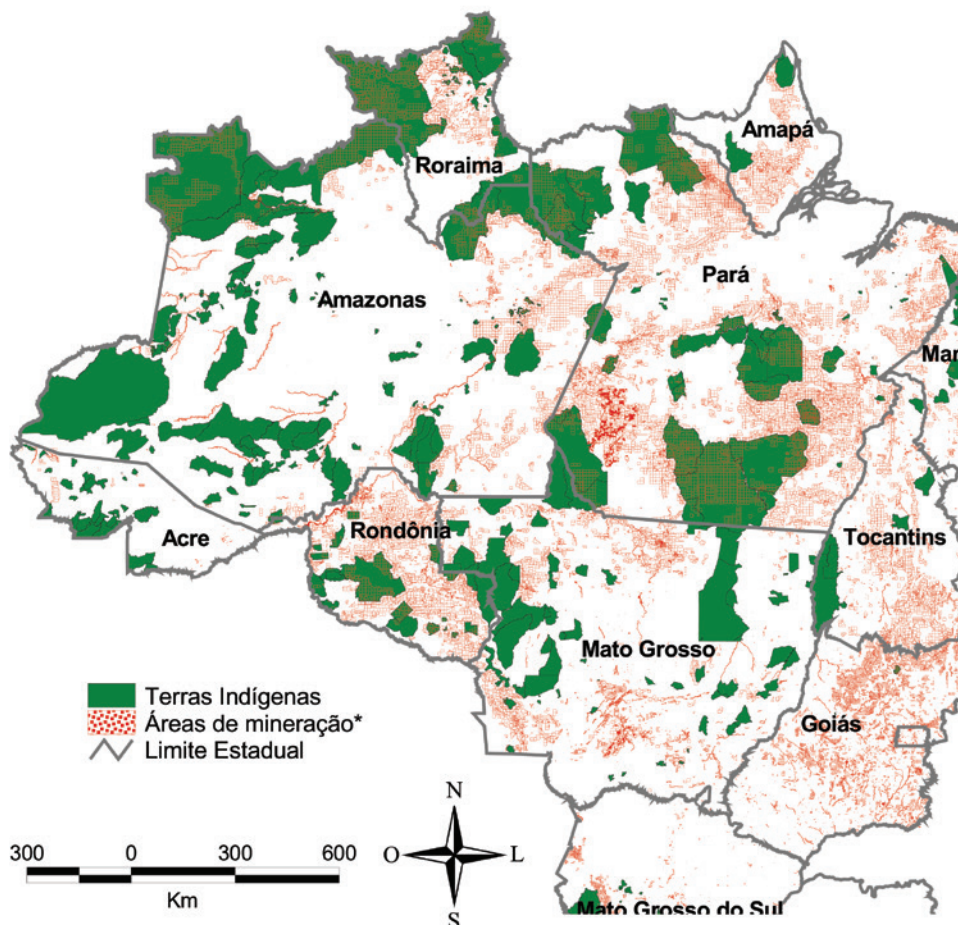
De acordo com a Constituição Federal vigente, a obrigação de proteger as terras indígenas cabe ao Estado. Os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Estas são incluídas entre os bens da União e devem ser destinadas à posse permanente dos índios, salvo relevante interesse público, e somente os indígenas podem usufruir das riquezas do solo e recursos hídricos nelas existentes, aí incluídos os potenciais energéticos.

A pesquisa e a lavra das riquezas minerais só podem ser efetivadas com a autorização do Congresso Nacio-

nal, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra. Todavia, tal exploração ainda não está autorizada, pois é necessária uma lei ordinária que fixe as condições específicas para exploração mineral e de recursos hídricos nas Terras Indígenas.

No mapa 3 pode-se observar a pressão que as áreas de mineração impõem aos territórios indígenas. A exploração mineralógica ocorre legalmente e de forma expressiva nos limites das terras indígenas, o que acaba por contaminar os rios, o solo, a fauna e a flora e propiciar malária, por conta do desmatamento. Um estudo conduzido em 2014 nas terras Yanomami pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), mostrou que algumas aldeias chegaram a ter 92% das pessoas examinadas contaminadas por mercúrio, metal utilizado na separação do ouro, que causa danos permanentes ao sistema nervoso central, ao coração e à formação fetal.

Mapa 3. Terras indígenas e áreas de mineração na Amazônia legal



* As áreas de mineração demarcadas em terras indígenas estão em processo de requerimento de exploração, uma vez que não é permitida oficialmente a prática de mineração nestas áreas.

Fonte: Microdados da Fundação Nacional do Índio - Funai, em agosto de 2017, e arquivos geográficos do Departamento Nacional de Produção Mineral/Ministério de Minas e Energia, 2017.

No entanto, é dentro das áreas indígenas que está o maior perigo. E ele se dá de duas formas:

- **Processos de Requerimento Minerário:** é possível observar no mapa 3 que diversas áreas indígenas estão também demarcadas com requerimentos minerários. Nestas áreas não há ainda uma exploração oficial em si, pois dependem da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PL 1610/96, de autoria do senador Romero Jucá, que busca liberar a exploração de minerais em terras indígenas. Caso o PL seja aprovado de início, um quarto das terras indígenas seriam compartilhadas para exploração mineralógica, exatamente nas áreas indicadas pelo mapa. As terras indígenas que possuem mais processos minerários são: TI Yanomami (AM e RR), com 678 processos que atingiriam 55,7% de seu território, TI Menkragnoti (PA e MT), com 396 processos e 73% do território, TI Alto Rio Negro (AM), com 387 processos e 39%, e TI Baú (PA), com 218 processos que abrangem 100% de seu território. O ouro corresponde a 50% das solicitações. As duas empresas que detêm mais requerimentos são Mineração Silvana (16%) e Vale S/A (5%).

- **Exploração ilegal:** muitas áreas indígenas, em número maior do que as demarcadas com interesse oficial no mapa, já sofrem com mineração ilegal operadas por garimpeiros. Tal exploração ocorre muitas vezes com estruturas de alto valor agregado, o que levanta fortes suspeitas de que algumas mineradoras já operam em tais terras por meio destes. Devido ao perfil ilegal da atuação, e a uma ausência escancarada da fiscalização do poder público, os garimpeiros, assim como madeireiros, posseiros e narcotraficantes atuam ao bel prazer nas terras indígenas, cometendo

atrocidades contra estes povos que muitas vezes nem chegam à mídia.

Outra agressão à Amazônia e às terras indígenas é o desmatamento. Estima-se que 20% do total de seu território original já foi desmatado. O desmatamento infelizmente tem se mostrando extremamente lucrativo a quem o executa, pois ganha-se com a madeira retirada e depois com a exploração da terra, seja para plantio, criação de animais, especulação imobiliária ou exploração mineralógica.

A experiência mostra que a demarcação de terras indígenas serve como freio neste processo, pois, comparativamente, o total destas terras perdeu apenas 2% de sua floresta original. Todavia, essa não é a regra e algumas comunidades mais expostas geograficamente a tais interesses econômicos perderam grande parte de sua floresta. É o caso das TI Tuwa Apekuokawera (PA), Krikati (MA), Jauary (AM) e Marãiwatsédé (MT), que tiveram mais de 70% de seus territórios desmatados.

Todos estes fatores provocam aumento da violência contra a população indígena. Ela é cometida por diversos representantes formais e informais de setores econômicos, e inclusive pelo poder público, seja por omissão, ou manobras políticas que diminuem os direitos indígenas. Em consequência muitos estão morrendo em diversos conflitos por suas terras em todas as regiões do país. Nessa luta de alguns “Davids” contra muitos “Golias”, não há tacapes o suficiente que alcancem tantos gigantes, o que torna esta uma disputa na qual o amparo teórico legal tem pouca serventia. Só um lado perde.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa o impacto da Caravana Lula pelo Brasil nas redes sociais durante o período em que percorreu o Nordeste brasileiro, passando por dezenas de cidades, e também faz uma análise da cobertura da mídia internacional sobre o tema. Por último, traz o olhar dos grandes grupos de comunicação sobre o segundo depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sergio Moro no dia 13 de setembro.

Caravana de Lula nas redes sociais

A Caravana Lula pelo Brasil foi um sucesso nas redes sociais online. O tema possibilitou, pela primeira vez, que os apoiadores de Lula trabalhassem uma agenda propositiva nas redes sociais online. Durante o período analisado, o menor volume de ocorrências foi registrado no dia 19 de agosto [passagem por Feira de Santana-BA], enquanto o pico de ocorrências ocorreu durante o 27 de agosto [Campina Grande-PB e Currais Novos-RN].

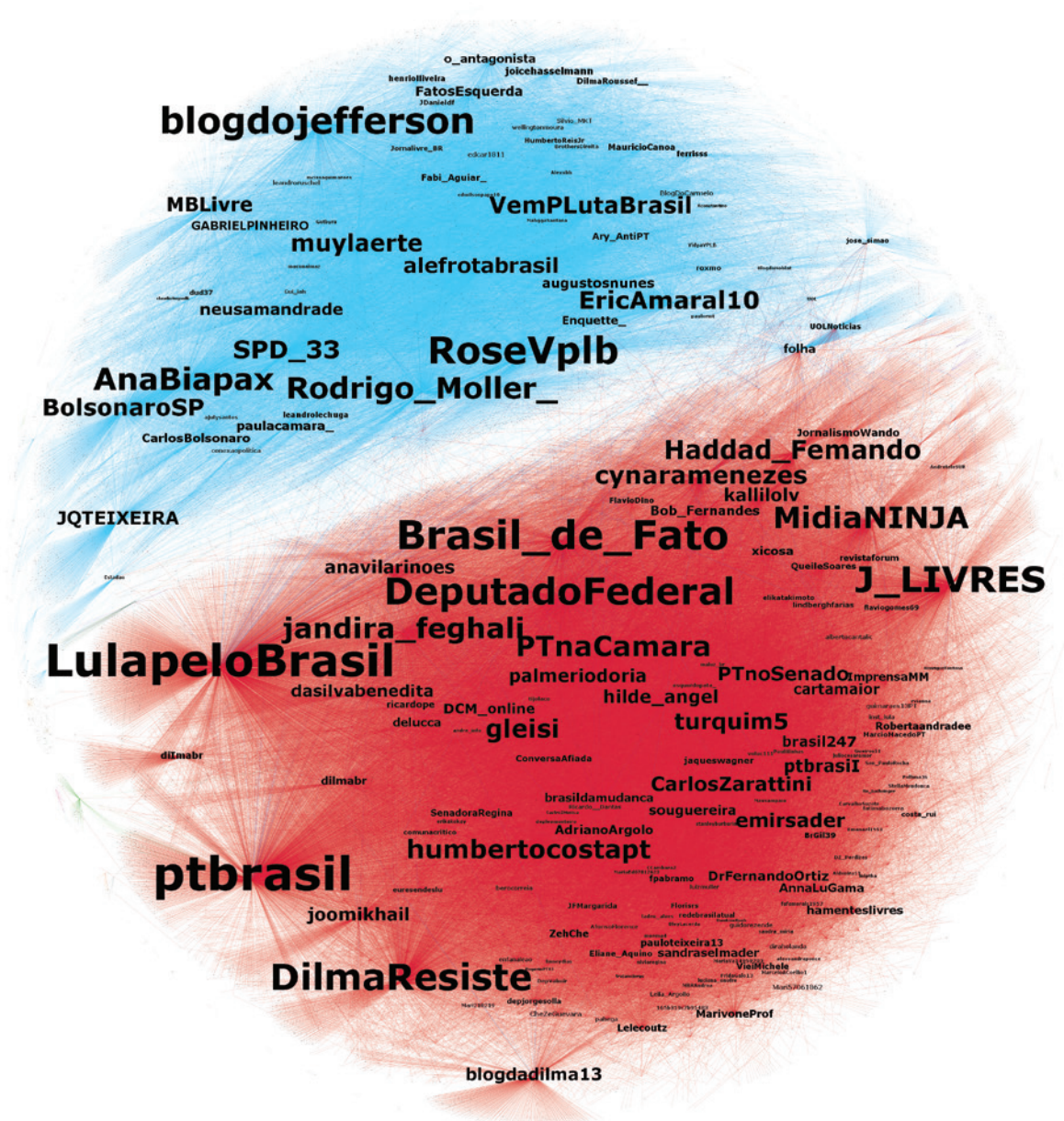
Entre as hashtags mais utilizadas no período destacam-se: #LulaPeloBrasil, #LulaPelaBahia, #LulaPorPernambuco, #LulaEmSergipe, #LulaPeloPiauí, #LulaPeloCeará, #LulaPeloRN, #LulaPeloCeara, #LulaPeloPiaui, #LulaPorAlagoas, #LulaNaEstrada, #LulaPeloMaranhao, #ForaTemer, #LulaPelaParaíba, #LulaPeloNordeste, #LulaPelaParaiba, #Lula, #Lula2018, #AoVivo, #CaravanaDaEsperança.



Entre as imagens mais compartilhadas no período destaca-se o “confronto” entre apoiadores e detratores na tentativa de legitimar a Caravana versus decretar o “fiasco” dela. Por outro lado, destacam-se também as imagens que fogem do teor estritamente político da Caravana, com aborda-

gens cômicas pautadas por uma linguagem mais coloquial e conectada a outros agrupamentos.

O grafo foi formado por dois agrupamentos: azul [detratores, 42,39%] e vermelho [apoiadores, 55,97%]. É composto por 28.584 nós [usuários] e 103.258 arestas [retweets, citações e curtidas].

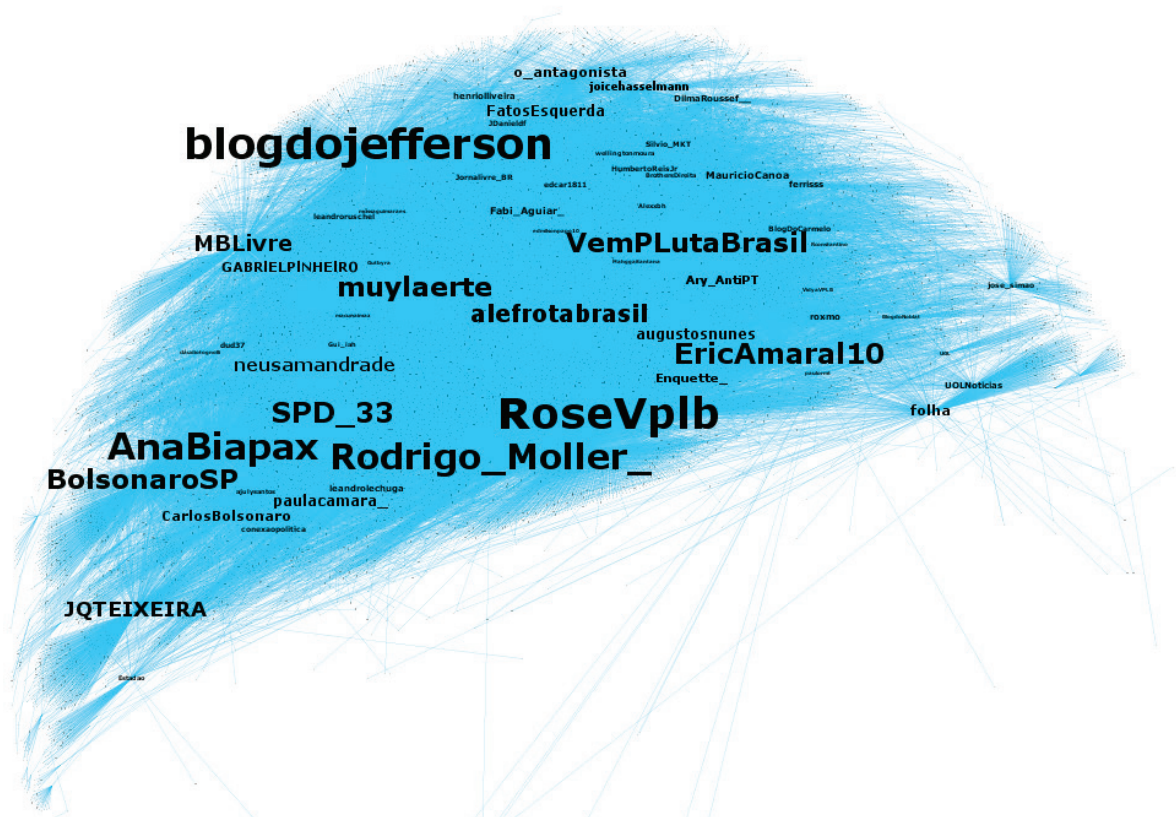


O agrupamento vermelho reúne apoiadores da Caravana. Os principais usuários foram Lulapelo-Brasil, PTBrasil, Haddad_Femando, J_Livres, DilmaResiste, Jandira_Feghali, Gleisi, CynaraMenezes, PTNaCamara, Brasil_De_Fato, MidiaNINJA, DeputadoFederal e HumbertoCostaPT. Entre os termos mais utilizados pelo agrupamento verme-

lho, destacam-se menções à falta de cobertura da imprensa brasileira, ao reencontro de Lula com o menino Everton e à cobertura da imprensa internacional [*Le Monde*, *Guardian*]. Termos como Povo, Popular, Emocionante, Multidão e outros destacam o caráter popular da Caravana.

O agrupamento azul reúne detratores da Caravana. Os principais usuários foram BlogDoJefferson, Rodrigo_Moller_, RoseVplb, BolsonaroSP, EricA-

maral10, SPD_33, MBLivre, alefrotabrasil, AnaBiapax, VemPLutaBrasil, muylaerte.



Entre os termos mais utilizados pelo agrupamento azul destacam-se termos fracasso, acreditem, ouça, PT, Vergonha, Comício, Fiasco, Maceió, Corrupção, Cadeia, entre outros. Nota-se, assim, dois

objetivos nítidos: ataques pessoais a Lula e tentativas de deslegitimar a Caravana, com a alegação de que seria um fiasco.



Assim, nota-se que os detratores atuaram em duas frentes: cravar o fracasso da Caravana por meio de imagens e vídeos e promover ataques pessoais a Lula. No entanto, o carisma de Lula com o povo, encontros emocionantes e a espontaneidade em diversas paradas não planejadas durante o trajeto foram pontos fortes durante a ativação dos apoiadores.

Lula pelo Brasil na mídia internacional

Nos jornais estrangeiros, a cobertura sobre a Caravana do Lula não foi extensa, mas sim significativa nas poucas publicações que abordaram o assunto. O lado humano foi o principal objeto dos dois veículos que buscaram acompanhar um pouco mais de perto o que se passou: *Le Monde*, da França e *The Guardian*, da Inglaterra. Os dois trabalhos trataram de política, sem considerar a política um ato isolado. Ambos fizeram a mescla com a percepção popular, com o significado que Luiz Inácio Lula da Silva tem para os moradores do Nordeste.

A reportagem do jornal inglês “Herói esquerdista do Brasil ‘cai nas graças do povo’ enquanto ele ‘se lança’ para reavivar a prosperidade política” foi a que mais se aprofundou. O repórter acompanhou alguns dias Lula pelo sertão nordestino, passando por locais como Ouricuri e Araripina, entre o Ceará e o Piauí. Sob o olhar britânico, o texto observa que os moradores vestiam “suas melhores roupas vermelhas”, que “pararam tudo para ver Lula”, e prossegue: “Ele deixou o poder há sete anos, mas permanece o mais popular presidente brasileiro em décadas, se não na história do país”. Fabiana Lima, de 36 anos, disse que o ex-presidente “ajudou os pobres”. A reportagem, que é abrangente e deveria servir de exemplo para a grande imprensa brasileira, consulta o cientista político da Universidade Federal de Pernambuco, Marcos Melo. Para o especialista, “por mostrar força e popularidade, ele aumenta a credibilidade de uma narrativa de politização”.

Em outro trecho, o texto diz que “internacionalmente um coro de influentes vozes argumentavam que Lula está sendo alvo de injustiça” e cita o advogado do ex-presidente no comitê de direitos humanos da ONU, Geoffrey Robertson. A reportagem aponta que outros alvos da Lava Jato, que estão presos, tinham milhões de dólares em contas offshore, enquanto somas en-

volvendo Lula são relativamente modestas.

Sobre isso, o advogado britânico comenta que o ex-presidente não tem contas fora do país, que não há luxo e que o apartamento onde ele morou por 25 anos é extremamente modesto. É importante salientar que Robertson é um advogado muito respeitado na Inglaterra e na Europa também, portanto, a opinião dele tem um peso importante nessa publicação. Geoffrey Robertson ainda critica o Judiciário brasileiro duramente, “o sistema legal no Brasil retorna à Inquisição Espanhola”.

Em entrevista, Lula defendeu a importância de investir na camada mais pobre da população e que o governo não tem sentido se ele não cuidar dos mais pobres. O encerramento do texto traz o depoimento de Danilo Gomes, de 20 anos, que elogia Lula dizendo ter sido o melhor presidente do Brasil e que “se ele fosse candidato mil vezes, ele ganharia mil vezes”.

A reportagem do jornal francês *Le Monde* apresenta algumas reflexões sobre a passagem de Lula por Salvador. De acordo com o texto, o objetivo da caravana é “refrescar as memórias sobre o legado do PT que contribuiu para tirar o povo da miséria, da fome e da ignorância”.

Na visão apresentada na publicação, a multidão esperava pelo ex-presidente no Estádio Fonte Nova “em uma devoção quase religiosa”. Fátima Vaz Souza, engenheira civil, disse à reportagem que “Lula não é como os outros. Ele vem do povo”. O texto apresenta uma avaliação sobre a conjuntura brasileira: “Um ano após o impeachment de Dilma, o Brasil, ferido e dividido, hesita entre a revolta e a resignação”. Ainda nessa avaliação, o texto diz que Temer está renunciando às reformas que prometeu fazer. Por outro lado, após reproduzir trechos do discurso de Lula em que ele coloca o povo e a elite em campos opostos, defende que esta última não sabe governar e cita realizações do seu governo, a reportagem questiona: “um passado ‘abençoado’, próspero, inebriado do petróleo com o qual os brasileiros amariam se reconectar. Mas o país ainda pode sonhar? Como apagar o desencanto, os processos, as traições e todos os erros acumulados por treze anos de governança do PT?”. A publicação ainda traz elogios, como o de Juliana Mello Souza de 24 anos, estudante de veterinária. “Antes as faculdades não eram para os pobres ou para os ne-

gros”, e críticas, como a feita por Sheyla de Oliveira que é vendedora, “no Nordeste todo mundo é a favor do Lula por causa da miséria. Ele comprou os votos com o Bolsa Família”.

As duas publicações atingem grandes públicos e têm bastante credibilidade. Lamentavelmente, foram as duas únicas reportagens feitas durante a caravana, citada também pelos franceses *Libération*, que informou em 15 de agosto que Lula faria uma viagem pelo Nordeste, e o *Figaro*, que publicou um vídeo de um minuto com imagens de Lula discursando. Em seu depoimento a este jornal, uma moradora disse chorando que o povo está voltando a sofrer e que não pode ser de novo como antes. O português *Diário de Notícias* também anunciou que Lula iria partir em viagem. Já o *New York Times* citou a caravana apenas na reportagem sobre a apresentação da denúncia contra Lula, Dilma e outros petistas feita pela PGR.

Lula em Curitiba na visão dos grandes grupos

Os principais jornais da imprensa tradicional retrataram, em seus editoriais, Lula fragilizado e irritado durante seu depoimento em Curitiba, no dia 13 de setembro, impactado pelas declarações do ex-ministro Antonio Palocci dias antes ao mesmo juiz Sérgio Moro. Segundo a defesa de Lula, Palocci mentiu, pois busca um acordo de delação premiada para reduzir sua pena. *Folha*, *Estadão* e *O Globo* apontaram as acusações do ex-ministro como fatores que dificultam a defesa de Lula. Palocci foi condenado em primeira instância a 12 anos de prisão e está preso desde setembro de 2016.

Em editorial publicado no dia 15 de setembro, a *Folha de S. Paulo* afirma que os vídeos do depoimento mostram Lula crispado, irritado e em rara posição defensiva ao longo de sua carreira política. Diz o texto: “Respondendo desta feita à acusação de ter sido beneficiado de modo ilícito com outros mimos imobiliários, pela Odebrecht, Lula teve de contestar, pela primeira vez, um relato feito à Justiça por um nome da cúpula do partido. Abriu-se, dessa forma, fissura de dimensões até então nunca vistas no PT, sempre fiel a seu líder máximo e ao discurso de que as alegações de corrupção não passam de conspirata das elites nacionais.”

O *Estadão* faz análise semelhante em editorial publicado no dia 14. “O depoimento de Palocci, que foi por longo tempo homem de confiança de Lula e o poderoso ministro da Fazenda no primeiro mandato do petista, complica qualquer tentativa de defesa do ex-líder sindical. Além de confirmar que Lula sabia das falcatruas envolvendo o governo federal e a Odebrecht, o depoimento mostra também um traço de comportamento do ex-presidente que era inaceitável, não faz muito tempo, até pelo laxo PT: a corrupção para proveito pessoal.”

Um dos mais conservadores colunistas do grupo Globo, Merval Pereira, vai na mesma linha em texto publicado em seu blog no dia 13 de setembro. “A mudança de postura em relação a Palocci, a quem chamou de mentiroso, tira a consistência da sua defesa porque mostra ambiguidade. Palocci não o desqualificou, apenas relatou fatos. O ex-presidente ainda tem um capital de apoiadores, mas cada vez menor e menos entusiasmado.”

MOVIMENTOS SOCIAIS



Esta seção trata da Caravana Lula pelo Brasil. Nenhum afeto real é raso e há uma profunda racionalidade que orienta a aprovação de Lula e do PT no Nordeste brasileiro. A dimensão dos movimentos do povo pode vencer o golpe, e o povo nordestino tem muito a nos ensinar.

A CARAVANA DE LULA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na cena típica dos sertões, tão bem narrados por Euclides da Cunha, milhares de Fabianos e Sinhás Vitórias já não precisam fugir mais. As crianças já possuem nomes, usam celulares, conhecem luz elétrica, internet, televisão e tomam água gelada para aliviar o calor.

O ciclo de miséria narrado naquela obra angustiante parece ter sido rompido. Não foram raros os momentos em que, confrontadas com a memória da fome, as pessoas se benziam, num silêncio devastador. Nossas cenas e histórias são tantas que merecem uma obra própria. Existe um novo Brasil no Nordeste, e o povo de lá sabe disso.

Como bons brasileiros, mostram suas emoções, contam suas histórias e deixam transparecer muito afeto por Lula. Alguns analistas de ar condicionado chamarão isso de populismo. No entanto, qualquer caminhada, em todos os estados que passamos, mostra que as pessoas possuem total consciência do que aconteceu por lá, do que acontece no país e das nossas necessidades de futuro.

Sobre o que aconteceu, há uma dimensão estrutural

que passa pela eliminação da fome, pelas transferências diretas de renda e pela geração de alternativas produtivas. Não há nordestino que passou incólume pelos governos do PT. Guardam a consciência de que aqueles foram os melhores períodos das suas vidas. E mais, a consciência do que aconteceu, gera, hoje, uma percepção crítica e severa com relação ao golpe.

Não chamam Michel Temer de golpista. Chamam de diabo. O diabo, que está em todo lugar no grande sertão de Guimarães Rosa, tem pauta, tem lado, e não é o lado daquele povo. Mais uma vez racional.

O que essa racionalidade tem a dizer? Na nossa hipótese, há um Brasil em movimento, em etapas de construções de identidade e autonomia muito heterogêneas, que ainda vão se debater e conflitar bastante com as realidades cotidianas.

No Nordeste, são centenas de gerações com lata d'água na cabeça e no máximo três gerações com cisterna no quintal. Os Fabianos envelheceram, precisaram fazer cirurgia de catarata, e hoje se emocionam ao ver Lula passar por eles. As crianças que ganharam

nome já estão falando em faculdade, em dar uma dignidade para o descanso dos pais, em assumir os seus próprios futuros.

Garantias democráticas

Seria muita ingenuidade pensar que tanta transformação não carregaria suas contradições. Que não geraria uma nova estratégia para aqueles que não querem ver o povo ganhando as suas oportunidades e novas capacidades.

Os grandes centros urbanos brasileiros não se movimentam como o sertão. O interior dos estados mais ao sul do Brasil pensam também de outra forma. Não podemos cravar quais são essas formas, mas podemos afirmar que elas são diferentes.

O Brasil das múltiplas faces, da diversidade, das identidades locais e dos níveis de desigualdade não vai suportar um discurso totalizante. O Brasil que o povo quer são muitos.

Nessa lógica de análise de movimentos sociais, percebemos uma questão que se desenvolveu ao longo dos meses: de qual movimento e de qual sociedade estamos falando?

Nesse mês, podemos falar das censuras às expressões artísticas da diversidade. Podemos falar da liberdade de Rafael Braga. De mais um massacre no campo. Do “fora Temer” no Rock in Rio. Das mobilizações em torno da Amazônia. Da Caravana de Lula pelo Brasil. Da ocupação “Povo sem Medo” no ABC paulista. De mais uma manifestação em defesa de Lula em Curitiba. Da mobilização da CUT em torno da anulação da reforma trabalhista.

São tantas pulsações, em diferentes frequências e com diferentes motivações, que fica quase impossível destacarmos um único movimento. Ou delinear uma tendência clara. Podemos dizer que a luta de classes está em franco andamento. E que 2018 será um marco desse processo histórico.

Um processo que ganhará a dimensão da consciência histórica de seus próprios interlocutores. A manifestação popular não é única, e num contexto de golpe ela fica ainda mais importante: as eleições de

2018 precisam ser garantidas no maior ambiente democrático, e a participação de Lula será a maior medida desse ambiente.

Isso porque Lula e o PT são um elemento comum às indignações do Brasil. Tanto a favor quanto contra. A garantia do PT em condições reais de disputa democrática é a própria garantia da democracia hoje.

A inteligência histórica desse processo talvez precise se sobrepor às tensões do cotidiano para nos fazer entender quais serão os passos dados em direção do povo. Lula parece ser a grande prova dessa inteligência histórica. Nesse sentido, os valores do povo do Nordeste que nos encontrou na caravana apontam para a mesma consciência representada por Lula nesse processo.

A luta e a vontade popular

As pautas históricas dos movimentos sociais possuem muita atualidade. O grau de insatisfação social das pessoas também é bastante claro. No entanto, nossa etapa histórica aponta para uma polarização de pautas e temas de indignação, nebulizadas pela grande mídia que segue sua “cruzada contra a corrupção”, como se ela fosse o único inimigo nacional.

Esse é o cenário do caos, da confusão histórica criada para “gerar um fato novo” como se a novidade fosse um valor em sua essência. Não é. Assim, precisamos aprender com a racionalidade do povo nordestino que encontramos na caravana.

Primeiro porque sabem quais são os elementos fundamentais que geram as condições mínimas de subsistência e dignidade. Segundo porque sabem quais são os próximos passos em direção a um futuro com mais qualidade de vida e estabilidade. Terceiro porque reconhecem quem foi o autor da obra que eles mais leram em suas vidas, a da transformação social. Quarto porque entendem a conexão dessa obra com o golpe e a perseguição instaladas no Brasil. Quinto porque já manifestam o que querem outra vez.

Quem tiver ouvidos para ouvir, que ouça.

ESPECIAL CARAVANA LULA PELO BRASIL



A Fundação Perseu Abramo participou ativamente da Caravana Lula Pelo Brasil, uma jornada que envolveria, inicialmente, 25 cidades, mas movimentou a vida de pessoas de mais de sessenta municípios do Nordeste. Esse seria o saldo final da Caravana Lula Pelo Brasil, que começou no dia 17 de agosto e terminou no dia 5 de setembro, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva cruzou o Nordeste.

A equipe da FPA (Otávio Antunes, Pedro Camarão, Matheus Tancredo Toledo, Ana Luíza Matos de Oliveira, Marcelo Manzano, Fernanda Estima, Vilma Bokany e Antonio Carlos Carvalho), que esteve durante os vinte dias ou parte deles no percurso, apresenta neste especial sua percepção sobre o reencontro com o sertão e o povo nordestino. A cobertura completa, com vídeos e textos está disponível na página LulaPeloBrasil.

A razão do afeto

O cenário do entorno da cidade de Picos (PI) é de seca. O Nordeste, que atravessou uma longa estiagem, não sofre os mesmos impactos que sofria décadas atrás.

Em Picos, onde Lula visitaria a cooperativa Apis, grande produtora de mel e que gera centenas de empregos diretos e indiretos na região, poucos podem acompanhar o ex-presidente em seu “tour” pelo interior do prédio. Do lado de fora milhares de pessoas enfrentam um calor de quase 37 graus agarradas a um gradil para ver o ex-presidente. Alguns passam mal, a organização do evento distribui água. Ninguém ameaça ir embora antes da chegada do líder operário.

Esse cenário se repetiu em quase toda caravana. Enquanto aguardam, os moradores da região respondem jornalistas sobre as razões do afeto a Lula.

As histórias narradas por gente simples em cada parada apresentam similaridades comoventes. Ouve-se sempre a expressão “antes não dava, antes não tinha” ou “não sei o que seria da minha vida”.

O relato do Seu Aginaldo Oliveira é comovente: “sou a primeira geração da minha família que não faz saque”. A frase ouvida por um paulista soa como o relato do

primeiro homem honesto da família. Mas não é disso que se trata. O saque para o sertanejo era sinônimo de sobrevivência. A única forma de conseguir comida em uma época que nem mendigar era possível, quanto mais plantar ou trabalhar em outra área.

A rede de programas criada por Lula (Bolsa Família, Luz Para Todos, Minha Casa minha Vida, Brasil Sorridente, Seguro Safra e Seguro Defeso) deu dignidade a milhões de pessoas. Parte da imprensa do Sul costuma reduzir Lula e sua relação com o Nordeste ao Bolsa Família.

Talvez não exista bobagem maior. O programa de expansão universitária foi avassalador. Em todo sertão existem campus universitários, inclusive de medicina. Mestres e doutores narraram a conquista de serem os primeiros em gerações a fazer faculdade. Negros, pobres, quilombolas que alcançaram o diploma antes impossível para seus antepassados.

A polarização política em que se meteu o Brasil e o ódio de classe impede muita gente de compreender a diferença brutal entre o país atual e o do século 20. Mas não se enganem: nas próximas décadas a experiência dos governos Lula será amplamente debatida



Tavessia do Rio São Francisco

e apropriada pela sociedade brasileira. E o legado do ex-presidente permanecerá, diferente dos seus algozes, como tem sido com outros líderes populares na história do país.

O que a mídia não quis mostrar

A caravana passou por nove estados do Nordeste, ele foi recebido e acompanhado por oito governadores e em todos os lugares por onde passou, acolhido por multidões enormes formadas por milhares de pessoas que estão sentindo a volta das dificuldades para sobreviver. Entretanto, os maiores veículos de jornalismo do país quase nada falaram sobre o assunto. A *Folha de S. Paulo*, o *Valor Econômico*, *O Globo* e o *Estadão* publicaram algumas notícias que focavam apenas nos discursos de Lula, nenhum desses veículos se interessou em ouvir os moradores dos locais por onde o ex-presidente passou.

Quando jornalistas desses veículos estavam presentes no trajeto, se preocupavam com questões totalmente desconectadas de problemas como a fome ou a sede que afetaram o sertão nordestino por tantos anos. É como se essa região do país não existisse, como se os problemas não fossem reais. É inacreditável que a grande imprensa, com tanta soberba e que

se auto declara imparcial e objetiva, ignore de forma tão violenta não apenas o que foi feito pelos governos do PT naquela região, mas também o medo que os moradores dessas localidades estão sentindo de voltarem a conviver com a fome e a sede.

Infelizmente, a TV Globo, a Record, o SBT, a *Folha*, o *Estadão*, *O Globo*, o *Valor Econômico* e todos os outros praticam um verdadeiro apartheid, fazendo com que o Brasil não possa se conhecer e não seja capaz de se compreender.

O reencontro de Lula com sua origem

Nos quase cinco mil quilômetros percorridos pela Caravana observamos a diversidade cultural da região, sobretudo das pequenas cidades e do sertão, onde a cultura popular é mais intensa.

O frevo e o maracatu, a literatura de cordel, os bonecos gigantes do carnaval de Olinda, o gibão e chapéu de couro, típicos do vaqueiro nordestino, quilombolas, povos indígenas como o potiguara e o tabajara, entre outras manifestações culturais da região saudaram Lula nos atos e paradas.

Jovens, que ingressaram nas universidades graças às políticas implementadas nos governos petistas

homenagearam Lula com a literatura de cordel, dom que trazem de herança de seus pais e avós sertanejos. A música “Vida de Viajante”, embalou a caravana pelo sertão, lembrando outro ícone da cultura nordestina, Luiz Gonzaga.

O boneco gigante de Lula, do artista plástico João Antônio, acompanhou a caravana. João, militante do PT-RN desde os anos 1980 e diretor da Associação Avoante de Cultura, mantida com recursos próprios, disse que durante os governos petistas participou de vários editais: “Houve descentralização dos recursos da área, o que proporcionou à cultura local conquistar seu espaço verdadeiro. O investimento na cultura popular e nos produtores culturais da região resgataram o patrimônio cultural e a identidade nordestina”. O Ministério da Cultura tinha orçamento de R\$ 3,3 bilhões, em 2015, após o golpe teve redução de 21%, passando para R\$ 2,6 bilhões, em 2016 e 2,5 em 2017.

A caravana de Lula, que arrastou multidões, é o reencontro dele com sua origem humilde, a cultura popular e a alma do sertão nordestino. Para Lula, governar é compreender a alma do povo de um país.



Visita à cidade de Nova Palmeira (PB)

Em cada parada inesperada, esperança

Pequenos palanques e carros de som, um pequeno amplificador com um microfone, ou apenas uma multidão fechando uma rodovia para ver o maior presidente que o país já teve. Um dos ingredientes mais fantásticos da Caravana Lula pelo Brasil foram as paradas de beira de estrada que não constavam no cronograma da viagem. As paradas em São Domingos (SE) e Acari (RN), o povo protagonizou cenas emocionantes e curiosas, algumas entre as diversas que ficarão nas memórias de quem presenciou a história acontecendo.

Na primeira, Lula agradeceu o carinho e explicou que na visita ao Campus Lagarto, da Universidade Federal do Sergipe, havia demorado uma hora para conseguir sair e seguir viagem, tamanha a multidão que queria

abraçá-lo ou tirar uma foto. Prometeu, portanto, que se todos dessem passagem para que ele subisse no carro de som que ali estava, falaria com todos. Instantaneamente, a multidão abriu um corredor para ele passar e falar com o povo.

Antes da chegada em Acari, passamos por Carnaúba dos Dantas, onde a população da cidade fez um corredor humano no trecho urbano da rodovia que passa pela cidade, saudando a todos que passavam. Em Acari, no domingo à noite, pes-



Visita ao acampamento do MST em Sergipe



Encontro com Elisabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, o *Cabra Marcado Para Morrer*

soas saíram correndo de uma missa para ver o presidente, que parou e discursou. Com as paradas por todo o Nordeste, cada um dos 4912 quilômetros foi inesquecível.

Desenvolvimento regional e Mais Médicos

Em Ipojuca (PE), polo industrial que cresceu com a Petrobras durante os governos petistas, Lula afirmou que “quem aprendeu a comer peito de frango, não quer voltar a comer pé de frango”. Ipojuca é um exemplo da prioridade que Lula e Dilma deram ao desenvolvimento regional, pois durante os governos do PT o Nordeste cresceu acima da média do país e cidades menores se beneficiaram com o deslocamento de fábricas, da criação de Universidades e também dos efeitos na economia local do Programa Bolsa Família e dos benefícios da Previdência Social. No entanto, essa priorização do desenvolvimento regional tem sido desmontada e sofrerá ainda mais com a privatização de setores estratégicos, em especial na energia e infraestrutura.

Foi realizado também encontro com médicos bra-

sileiros e estrangeiros envolvidos no Programa Mais Médicos em Pernambuco, bem como gestores municipais e lideranças estaduais. A falta de médicos atingia cerca de 850 municípios brasileiros antes de 2013 e o Mais Médicos veio suprir essa lacuna. Em 2016, o programa chegou a ter 960 médicos em 157 municípios de Pernambuco. O risco, agora, é que se volte ao cenário de 2013. Hoje, os três eixos do Programa estão parados. No primeiro eixo, que consiste em levar médicos a locais com escassez, os contratos dos médicos têm vencido e o governo tem demorado a renová-los, o que inclusive foi relatado por alguns prefeitos no encontro. Os outros dois eixos do programa (abrir novas vagas em cursos de graduação de medicina e expansão das vagas de residência em especialidades prioritárias) também não avançaram com o governo golpista.

O povo e o trabalho

O Nordeste impressiona pela complexidade e capacidade transformadora. No Piauí, durante a Caravana Lula Pelo Brasil, duas cidades mostraram isso. Em

Marcolândia, cada aerogerador (moinho) instalado na terra das pessoas gera para elas um pagamento que pode chegar a três mil reais por mês. Um valor, até então, completamente improvável para aquela realidade e, em Picos, a produção rural orgânica de mel é feita com capacitação técnica e controle de todas as etapas produtivas pelos trabalhadores, organizados em forma de cooperativas.

Na reação das pessoas na passagem de Lula por variadas localidades, não havia apenas reconhecimento. Foi possível compreendermos a importância do legado dos governos petistas, e principalmente, a real sensação de que a criação de condições de trabalho e vida num local de tamanhas dificuldades naturais era o que eles mais precisavam.

Por onde andamos, Lula dizia que a fome era irresponsabilidade dos governantes. Era preciso acabar com a fome e gerar condições de vida para aquele povo poder trabalhar. O trabalho enquanto sinal de dignidade ganha uma ou outra dimensão: poder trabalhar significa que boa parte daquele povo hoje pode viver.

Desde que os governos invistam nisso.

Cabras e motocicletas ocupam o sertão

Os vinte dias da viagem de Lula pelo Nordeste serviram para mostrar o quanto o país está vivo e disposto a mudanças.

Entre os milhares de quilômetros percorridos, duas presenças são muito marcantes: as cabras e as motocicletas, ambas sempre citadas por Lula em seus muitos discursos feitos durante todo o trajeto, que se iniciou em Salvador (BA).

Nas longas paisagens à beira das estradas, com a pouca vegetação que ainda sobrevive à seca, o mais comum era avistar rebanhos de cabras, que como o povo nordestino, sobrevive apesar do sol intenso e falta d'água.

Dos mais de nove milhões de cabras do país, 90% estão no Nordeste. As cabras da raça brasileira não se deixam afetar pela seca nem pelos retrocessos que o golpe impõem ao país: elas proliferam, mesmo em estiagens prolongadas, ao passo que outros rebanhos sofrem perdas.

As motos também, se multiplicaram e substituíram os jegues, fato lembrado por Lula. "Antes o povo aqui andava de jegue, agora todo mundo tem sua moto". O Nordeste tem uma frota de mais de 15,2 milhões de motocicletas e nos vários atos realizados em beiras de estrada



Visita à cidade de Cedro (CE)

as mais variadas motos se faziam abundantemente presentes, ocupando a sombra dos postos de gasolina, porque os seus donos estavam mesmo era debaixo do sol a pino para ver, ouvir e quem saber até tocar em Lula.

Juventude despertada

À medida em que a Caravana de Lula rasgava o sertão nordestino, a cada ato de apoio ficava claro que um novo sujeito habita hoje aquele mundo: jovens que não apenas conseguiram entrar em um curso superior ou técnico, como pela primeira vez puderam concretamente apostar em uma mobilidade social que não dependa da migração e do abandono de sua terra e a sua cultura.

A seca ainda assusta, o solo segue salinizado, mas diversos campi de Universidades Federais e de Institutos Federais de Ensino Técnico pontuam aquelas paisagens improváveis. Professores que retornaram das cidades grandes dão entrevista na rádio para falar de gênero, alunos do curso técnico organizam oficinas para os produtores de queijo, membros do DCE se organizam contra o fechamento da usina de biocombustível que havia sido instalada em Quixadá (CE).

Um novo tipo de sertanejo - e eles são muitos

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2016 o total de matrículas em cursos de graduação presencial na região Nordeste superou o número da próspera região sul do país. Se consideradas apenas as instituições públicas, a participação dos nordestinos é ainda mais significativa: 29,2% do total do Brasil (546 mil), muito próximo dos matriculados na região Sudeste (647 mil) e quase o dobro do número registrado no Sul (309 mil).

Claro que boa parte desses universitários do Nordeste está nos grandes municípios, mais próximos da costa. Contudo, depois dos governos do PT as distâncias e os nexos se estreitaram. Interior e costa, capital e povoado, se encontram, se conversam, se conectam. Hoje há no Nordeste um mundo de gente a quem foram abertas novas possibilidades de vida e de autodeterminação. E para essa gente, mais do que na das outras partes do país, o retrocesso político do golpe e os desmontes das instituições públicas que tardiamente se consolidavam na região são ainda mais regressivas e inaceitáveis. O neoliberalismo rentista dos golpistas põe a perder não apenas as bases de uma cidadania recém conquistada, como toda uma construção de futuro que nos últimos anos vicejou como nunca naquele solo trincado. Por tudo isso, a despeito de todos os impasses nacionais, de agora em diante parece improvável que se possa jogar o jogo da política brasileira sem levar em grande conta esse novo ator social: o jovem estudante nordestino.





F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P.F. Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 18 de setembro de 2017.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br